

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DE MINAS GERAIS – *CAMPUS* FORMIGA  
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Kennedy Gomes de Sousa

***SUSTAINABLE BANKING*: Adoção de práticas bancárias sustentáveis no contexto do  
cooperativismo de crédito brasileiro**

FORMIGA – MG

2023

KENNEDY GOMES DE SOUSA

***SUSTAINABLE BANKING*: Adoção de práticas bancárias sustentáveis no contexto do cooperativismo de crédito brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Formiga para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Rivera Peres Júnior  
Coorientador: Prof. Dr. Lélis Pedro de Andrade

FORMIGA – MG

2023

---

S725s Sousa, Kennedy Gomes de.

Sustainable Banking: adoção de práticas bancárias sustentáveis no contexto do cooperativismo de crédito brasileiro / Kennedy Gomes de Sousa. - Formiga, 2023

95p. : il. color.

Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Formiga, 2023.

Orientador: Dr. Miguel Rivera Peres Júnior.

Coorientador: Dr. Lélis Pedro de Andrade.

1.Sustainable banking. 2. Cooperativas de crédito. 3. Sustentabilidade. 4. Cooperativismo de crédito. 5. Sustentável. I. Sousa, Kennedy Gomes de. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Formiga. Título.

CDD:332.024

---

**Catálogo: Livia Renata Santos- CRB/6-2561**

Kennedy Gomes de Sousa

***SUSTAINABLE BANKING: Adoção de práticas bancárias sustentáveis no contexto do cooperativismo de crédito brasileiro***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Formiga para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Rivera Peres Júnior

Coorientador: Prof. Dr. Lélis Pedro de Andrade

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Miguel Rivera Peres Júnior (Orientador)  
Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Formiga

---

Prof. Dr. Lélis Pedro de Andrade (Coorientador)  
Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Formiga

---

Profa. Dra. Ivete Delai (Convidada)  
Universidade Federal de São Carlos

---

Prof. Dr. Adriano Olímpio Tonelli (Convidado)  
Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Formiga

---

Prof. Dr. Douglas José de Mendonça (Convidado)  
Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Formiga

*“Maria passa na frente e vai abrindo estradas e caminhos. Abrindo portas e portões. Abrindo casas e corações [...]”.*

Devocionário de Maria.

## AGRADECIMENTOS

Desde que comecei escrever a dissertação, este era o texto que eu mais ansiava por redigir. Isto porque estes agradecimentos representariam o fim de um ciclo.

Um ciclo que foi engrandecedor, mas, principalmente, desafiador. Quantas vezes eu pensei em desistir por acreditar que ali era o meu limite?

Mas então, Deus se manifestava. Por isso, não teria como iniciar agradecendo, senão a Deus. Obrigado, Senhor!

Em seguida agradeço a minha família. Aqueles com quem possuo laços de sangue e afeto e aqueles que se tornaram família por laços mais fortes do que sangue. Vocês são minhas estruturas e meu alicerce. Vocês são essenciais! Sem vocês, nada disso seria possível. Essencialmente aos meus pais, que mesmo em sua ausência física, eu os sinto em meu coração. Eu sempre amarei vocês!

Aos meus amigos, que foram pacientes e companheiros durante esses anos. Obrigado por serem meu porto seguro.

Quero agradecer, também, todos professores que tive por toda minha formação acadêmica. Sobretudo, aos professores do Mestrado Profissional em Administração – MPA, do IFMG – Campus Formiga, que são formidáveis e espetaculares. Em tempo, estendo os cumprimentos ao colegiado e a todo o corpo docente do IFMG. Da mesma forma, aos membros da minha banca: Profa. Dra. Ivete Delai, Prof. Dr. Adriano Olímpio Tonelli e Prof. Dr. Douglas José de Mendonça por toda contribuição que deram ao meu trabalho. Em especial, aos meus orientadores: Prof. Dr. Miguel Rivera Peres Júnior e Prof. Dr. Lélis Pedro de Andrade. Não há adjetivo que descreva o orgulho e a satisfação que sinto por ter sido orientado por vocês.

Aos meus colegas do mestrado, pelas experiências trocadas, pela amizade e por compartilharem o momento, tornando a jornada mais leve e prazerosa. Parafraseando um conhecido: Sozinho vou mais rápido, juntos vamos mais longe! E nós fomos. Ao infinito e além!

Por fim, agradeço ao SICOOB CREDIFOR. Aos diretores, conselheiros e gerentes por me apoiarem e tornarem possível conciliar o meu emprego e as aulas do mestrado. Não é à toa que vocês são certificados *Great Place to Work*.

O mestrado foi incrível! Foi enriquecedor. Eu me sinto realizado em chegar aqui e me sinto fascinado às vésperas dos novos caminhos que ele me proporcionará.

Obrigado. Eu venci!

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Desenvolvimento sustentável .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 Economia verde.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 Environmental, Social and Governance (ESG).....</b>	<b>19</b>
<b>2.4 Finanças sustentáveis.....</b>	<b>21</b>
<b>2.5 Sustainable banking.....</b>	<b>22</b>
<b>2.6. Cooperativismo de crédito no Brasil.....</b>	<b>24</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>28</b>
<b>PRODUTO 1: Artigo teórico-empírico - SUSTAINABLE BANKING: Práticas bancárias sustentáveis no cooperativismo de crédito brasileiro .....</b>	<b>34</b>
<b>PRODUTO 2: Relatório técnico conclusivo - Práticas de sustainable banking no SICOOB CENTRAL CREDIMINAS.....</b>	<b>79</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Desdobramentos conceituais.....	15
Figura 2	Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	17
Figura 3	Composição do Sistema Financeiro Nacional (SFN).....	24



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1	Gênese do desenvolvimento sustentável: eventos importantes selecionados.....	16
----------	--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAMPA	Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente
BACEN	Banco Central do Brasil
CDS	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
EUA	Estados Unidos da América
ICMA	<i>International Capital Market Association</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPCC	Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas
PRSA	Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco Central do Brasil
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SLB	<i>Sustainability-Linked Bonds</i>
SNCC	Sistema Nacional de Cooperativismo de Crédito
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNICRED	Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Uniced
UNRISD	Instituto das Nações Unidas de Pesquisas sobre Desenvolvimento
WOS	<i>Web of Science</i>

## RESUMO

A utilização de critérios socioambientais pelas instituições financeiras pode estimular práticas empresariais mais responsáveis e incentivar a transição para uma economia de baixo carbono e mais sustentável. A partir desse contexto, este estudo busca analisar de que forma o sistema cooperativo de crédito brasileiro tem lidado com a necessidade de adoção de práticas bancárias sustentáveis (*sustainable banking*). Desta forma, o objetivo geral é analisar o posicionamento do sistema cooperativo de crédito brasileiro em relação à adoção de práticas de *sustainable banking*. Este objetivo se desdobra em dois outros dois objetivos específicos: analisar as práticas de *sustainable banking* das federações dos quatro maiores sistemas cooperativistas de crédito brasileiro; e realizar a mesma análise em uma central de crédito cooperativo. Para isso, empregou-se a metodologia proposta por Kumar e Prakash para a construção de um artigo teórico-empírico sobre as práticas bancárias sustentáveis adotadas por essas instituições financeiras. O estudo incluiu uma revisão da literatura sobre o tema e uma pesquisa qualitativa para avaliar as práticas de *sustainable banking* implementadas pelas confederações. Além disso, foi elaborado um relatório técnico conclusivo sobre estas práticas em uma central de crédito cooperativo com o objetivo de fornecer propostas para a referida central de modo a acentuar sua atuação em práticas sustentáveis. Os resultados apresentam uma situação favorável para o cooperativismo de crédito brasileiro. No entanto, é importante maximizar o potencial das práticas implementadas, pois o estudo identificou uma grande oportunidade de crescimento em produtos e serviços, o que pode fortalecer o setor como uma referência em práticas bancárias sustentáveis. Isso contribuiria para posicionar o setor como um segmento que adota tais práticas de forma abrangente. Desta forma, o estudo contribui de forma prática ao setor no despertar das práticas de *sustainable banking* e no meio acadêmico ao adaptar e corrigir o *framework* e na expansão da discussão do tema no setor.

**Palavras-chave:** *Sustainable banking*, cooperativas de crédito, sustentabilidade.

## **ABSTRACT**

The socio-environmental criteria used by financial institutions can encourage more responsible business practices and encourage the transition to a low-carbon and more sustainable economy. From this context, this study seeks to analyze how the cooperative credit system in Brazil has dealt with the need to adopt banking practices (sustainable banking). In this way, the general objective is to analyze the position of the Brazilian cooperative credit system in relation to the adoption of sustainable banking practices. This objective is intensified in two other specific objectives: to analyze the sustainable banking practices of the federations of the four largest cooperative systems of Brazilian credit; and perform the same analysis in a cooperative credit center. For this, the methodology proposed by Kumar and Prakash was used for the construction of a theoretical-empirical article on the banking practices adopted by these financial institutions. The study included a review of the literature on the subject and a qualitative research to evaluate the sustainable banking practices implemented by the confederations. In addition, a conclusive technical report was prepared on these practices in a cooperative credit center with the objective of providing proposals for that center in order to enhance its performance in intended practices. The results show a favorable situation for Brazilian credit unions. However, it is important to maximize the potential of incorporated practices, as the study identified a great opportunity for growth in products and services, which can strengthen the sector as a reference in banking practices. This would contribute to position the sector as a segment that adopts such practices in a comprehensive way. In this way, the study contributes in a practical way to the sector in the awakening of sustainable banking practices and in the academic environment by adapting and correcting the framework and expanding the discussion of the subject in the sector.

**Keywords:** Sustainable banking, credit unions, sustainability.

## 1 INTRODUÇÃO

As palavras economia e ecologia têm suas origens na expressão grega "*oikos*" que, em português, significa casa. Isso reflete a relação existente entre elas, ratificada pelo modo como o ser humano vive e gerencia sua casa: o Planeta Terra. No entanto, há um aspecto que dificulta essa relação, caracterizado pela dicotomia persistente entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Dentro dessa percepção bilateral, o desenvolvimento econômico é visto como algo que ocorre à custa do meio ambiente e, em muitos casos, a economia é colocada em oposição à ecologia, como se fossem conceitos antagônicos (ANTUNES, 2019).

A superação dessa dicotomia depende da adoção de ações voltadas para a integração desses dois conceitos. Nesse sentido, o sistema financeiro tem um papel crucial, como agente promotor de práticas sustentáveis, influenciando diretamente empresas e clientes por meio da concessão de crédito e investimentos. A adoção de critérios socioambientais pelas instituições financeiras pode estimular práticas empresariais mais responsáveis e incentivar a transição para uma economia de baixo carbono e mais sustentável. Além disso, a pressão dos investidores por empresas mais sustentáveis pode levar a mudanças em políticas públicas, estimulando a adoção de estratégias mais alinhadas com o desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2019; BRITO; GONZALEZ, 2007; UNEP FINANCE INITIATIVE, 2019).

Aprofundando essa análise, Olmo, Saiz e Azofra (2021) afirmam que a integração de práticas sustentáveis nas operações bancárias pode ajudar a melhorar a imagem do setor financeiro que, muitas vezes, é visto como desprovido de ética e preocupação com o bem-estar da sociedade e do meio ambiente. As iniciativas recentes de instituições financeiras e governos em todo o mundo mostram que há uma crescente conscientização sobre a importância dessas práticas e indicam uma mudança em direção a um modelo econômico mais sustentável (UNEP FINANCE INITIATIVE, 2019). De maneira geral, esse tipo de iniciativa impulsiona o debate em torno do papel desempenhado pelos bancos em direção à sustentabilidade no desenvolvimento de seus negócios, ratificando sua necessidade e servindo como balizador para a compreensão integral das variáveis que influenciam a adoção de práticas bancárias sustentáveis (ARACIL; NÁJERA-SÁNCHEZ; FORCADELL, 2021).

Especificamente, observa-se que, dentre as instituições financeiras que atuam no Brasil, o sistema de cooperativismo de crédito possui participação ativa no desenvolvimento da economia local, pois promove o fomento e a circulação de recursos e investimentos para a sociedade onde está inserido (OLIVEIRA; BRESSAN; BRESSAN, 2014; JACQUES; GONÇALVES, 2016; BITTENCOURT; BRESSAN, 2018).

Este estudo tem como cerne o cooperativismo de crédito brasileiro, no intuito de verificar a atuação das cooperativas dentro de uma proposta mais sustentável. Sua escolha é justificada em função das ponderações feitas que convergem para a importância da adequação do cooperativismo de crédito a uma agenda sustentável, uma vez que entre suas especificidades está a capacidade de produzir bens de interesse público de forma democrática, sustentável e responsiva às necessidades locais (BUTA, 2021).

Vários estudos têm abordado a sustentabilidade no setor bancário. Shah, Wu e Korotkov (2019) avaliaram a eficiência e produtividade dos bancos sustentáveis em comparação com os não sustentáveis. Igbudu, Garanti e Popoola (2018) correlacionaram as práticas de *sustainable banking* com a imagem corporativa e a fidelização bancária. Olmo, Saiz e Azofra (2021) identificaram que instituições financeiras que atuam como *sustainable banking* obtêm mais lucros devido a melhor reputação, confiança e clientes mais fiéis. Inácio (2020) estudou as práticas de *sustainable banking* nos dois maiores bancos brasileiros. Não sendo identificado um estudo voltado para este cenário na realidade das cooperativas de crédito.

A partir deste contexto este estudo buscou responder ao seguinte questionamento: *De que forma o sistema cooperativo de crédito brasileiro tem lidado com a necessidade de adoção de práticas bancárias sustentáveis (sustainable banking)?*

Para operacionalizar o problema de pesquisa, foi definido o objetivo geral deste estudo, que pretende analisar o sistema cooperativo de crédito brasileiro, a partir da compreensão de seu posicionamento (estágio atual) em relação à adoção de práticas bancárias sustentáveis (*sustainable banking*).

Ao desdobrar o objetivo geral, foram apontados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as práticas de *sustainable banking* das federações dos quatro maiores sistemas cooperativistas de crédito brasileiro; e
- Analisar as práticas de *sustainable banking* em uma central de crédito cooperativo.

Dentro de uma retrospectiva, é possível encontrar inúmeros fatos históricos que contribuíram para fomentar uma maior consciência ambiental, uma vez que os impactos negativos, por eles gerados, serviram para instigar a reflexão social sobre as consequências que a exploração exacerbada dos recursos naturais desencadeia. Dentre esses fatos, Guimarães, Peixoto e Carvalho (2017) destacam o acidente nuclear da Usina de Chernobyl, em abril de

1986, na cidade de Pripyat, região da Ucrânia que, naquela época, pertencia à antiga União Soviética.

Em âmbito nacional, em janeiro de 2000, o rompimento de um duto da Petrobrás ocasionou um derramamento de 1,3 milhão de litros de óleo e uma mancha que se estendeu por mais de 40km<sup>2</sup>. No estado de Minas Gerais, no município de Mariana, em 2015, o rompimento da Barragem do Fundão da Samarco (empresa da Vale) liberou uma onda de mais de 10 metros de altura com mais de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minérios no distrito de Bento Rodrigues (PORTAL EBC, 2015). Os exemplos apresentados são apenas algumas das catástrofes ambientais que ratificam a urgência da adoção de um plano mais efetivo voltado para o desenvolvimento sustentável.

Na dimensão social, cita-se o recente fato envolvendo as vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton com a denúncia de trabalho análogo à escravidão em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, como exemplo. Segundo as denúncias, os trabalhadores foram submetidos a jornadas exaustivas, falta de água potável, falta de equipamentos de proteção e alojamentos precários (EXAME, 2022).

Na vertente econômica, o também recente escândalo envolvendo a empresa Lojas Americanas e o seu braço financeiro, a *finotech* Ame, em transações suspeitas de lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio, o que levou o Banco Central do Brasil a suspender a autorização de funcionamento da referida empresa (JORNAL CONTÁBIL, 2023).

Dentre outras fatalidades, naturais ou decorrentes da ação humana, a enfermidade do Coronavírus (SARS-CoV-2) também se mostra relevante por tornar ainda mais premente a preocupação com questões sustentáveis. Segundo Ricas (2020), a crise sanitária causada pela Covid-19 demonstra consequências que vão além dos aspectos relativos à saúde da sociedade mundial, impactando as vertentes sociais e econômicas que, por sua vez, reavivam a preocupação acerca do consumo insustentável dos recursos naturais do planeta.

Além das questões ambientais deflagradas pela ação humana ou eventos naturais, outra situação que merece atenção é a alteração dos padrões climáticos do planeta. Nesse sentido, as mudanças climáticas são consideradas como uma das maiores, se não for a maior, ameaça à humanidade. Vale reiterar que as mudanças climáticas podem impactar o sistema financeiro econômico, por meio de suas consequências, sejam físicas (fenômenos naturais) ou regulatórias (implantação de Leis) (MEJIA-ESCOBAR; GONZÁLEZ-RUIZ; DUQUE-GRISALES, 2020).

Ademais, Monasterolo, Roventini e Foxon (2019) complementam que os modelos de riscos financeiros não estão devidamente equipados para considerar as características dos

riscos climáticos, logo é necessário que sejam estimuladas discussões sobre essa questão. Por isso, é importante que as instituições financeiras adotem práticas que promovam a sustentabilidade e considerem fatores ambientais, sociais e de governança em suas decisões de investimentos e concessão de crédito.

Segundo Mattarozzi e Trunkl (2008), as questões socioambientais são de extremo interesse das instituições financeiras, pois elas possuem situação privilegiada no que tange ao desenvolvimento de novas oportunidades de negócios, mas, também, são vulneráveis aos impactos de um colapso pelos efeitos de uma catástrofe.

Esse posicionamento do sistema de cooperativismo de crédito em relação às práticas sustentáveis é o ponto de partida para a construção desta dissertação, estruturada em três partes inter-relacionadas, em consonância com o que prevê as normas do Programa de Pós-Graduação em Administração do IFMG Campus Formiga. A primeira, constitui uma apresentação geral do processo de pesquisa empreendido em que se discute o pano de fundo teórico que subsidiou essa empreitada; se delinea, de forma sintética, os percursos metodológicos utilizados; e propõe algumas considerações finais sobre o conjunto de resultados obtidos na investigação, além de apresentar as limitações do estudo e suas implicações acadêmicas, ao aprimorar o *framework* de Kumar e Prakash (2019) e ao preencher lacunas de pesquisa, e suas contribuições práticas, ao fornecer *insights* relevantes para o setor cooperativista de crédito. A segunda parte apresenta um artigo teórico empírico que apresenta os resultados obtidos na investigação sobre as práticas de *sustainable banking* adotadas nas quatro maiores confederações de crédito brasileira. A terceira parte apresenta um relatório técnico conclusivo que propõe uma série de intervenções para adoção de forma mais efetiva destas práticas em uma central de crédito cooperativo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção foi apresentada a partir da explanação de dois assuntos principais: a discussão de conceitos que permitiram uma compreensão ampla sobre *sustainable banking* e o cooperativismo de crédito do Brasil, em que os conceitos analisados permitiram ao pesquisador reunir material teórico correlato à proposta desta pesquisa. Desta forma, o primeiro assunto foi desmembrado em quatro conceitos: desenvolvimento sustentável; economia verde; ESG e finanças sustentáveis que juntos forneceram a dimensão para a compreensão do quinto conceito



apresentado: *sustainable banking*. O segundo assunto apresentado sintetizou alguns aspectos pertinentes ao cooperativismo de crédito, a fim de contextualizá-lo no âmbito nacional.

Assim, para chegar ao ponto central deste estudo, ou seja, ao conceito: *sustainable banking*, foi preciso discutir conceitos mais amplos que, ao serem refinados, permitiram uma visão mais específica. Esse movimento em espiral foi ilustrado a partir da Figura 1, em alusão à dinâmica presente nas práticas de *sustainable banking*.

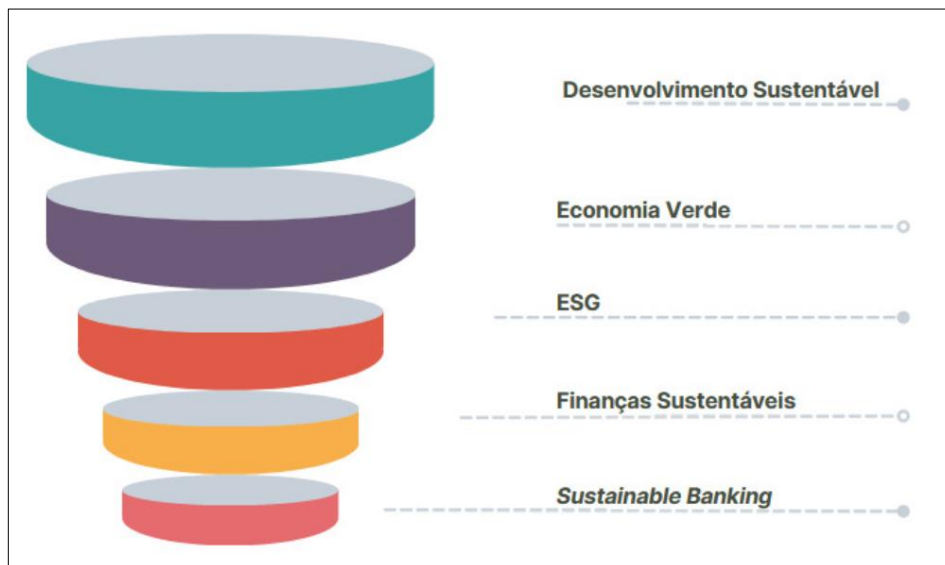


Figura 1 – Desdobramentos conceituais

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Como já salientado, na próxima subseção, os conceitos elencados pela Figura 1, foram contextualizados, a fim de possibilitar a compreensão do termo *sustainable banking*. Posteriormente, foi descrito o sistema de cooperativismo brasileiro, a partir da posição por ele ocupada dentro do Sistema Financeiro Nacional.

## 2.1 Desenvolvimento sustentável

A preocupação com as questões ambientais veio à tona, a partir da metade do século XX, após a segunda guerra mundial, em que o acelerado crescimento econômico agravou os problemas ambientais (BARBIERI, 2020). Anteriormente, acreditava-se que o meio ambiente era neutro em relação a questões econômicas e que suas riquezas eram intermináveis e gratuitas (MUELLER, 2002). Fatores como o lançamento das bombas atômicas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, as perseguições motivadas por diferenças étnicas e religiosas, o extenso

número de mortos pela guerra, entre outros ampliaram os debates de que o Planeta Terra poderia ser finalmente destruído pelo ser humano (BARBIERI, 2020). Em resposta, é possível observar uma série de eventos voltados para minimizar e/ou mitigar tais problemas, elencados no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1- Gênese do desenvolvimento sustentável: eventos importantes selecionados

- Primeira Década do Desenvolvimento da ONU – período de 1960 a 1970.
- Criação do instituto das Nações Unidas de Pesquisas sobre Desenvolvimento – UNRISD (1963).
- Criação da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD (1964).
- Criação do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (1965).
- Criação da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (1967).
- Conferência da UNESCO sobre conservação e uso racional de recursos (1968).
- Programa Homem e Biosfera da UNESCO (1970).
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – Estocolmo (1972).
- Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – UNEP (1972).
- Resolução da Assembleia Geral da ONU sobre a criação de uma Nova Ordem Mundial (1974).
- Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA (1975).
- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – Um – Habitat (1978).
- I Conferência Mundial sobre o Clima (1979).
- Publicação do Documento Estratégia de Conservação Mundial – UICN, UNEP, WWF (1980).
- Criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD (1983)
- Assembleia Geral da ONU declara o desenvolvimento como um direito humano (1986).
- Publicação do relatório Nosso Futuro Comum (1987).
- Criação do Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima (IPCC) (1988).
- Primeira publicação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo PNUD (1990)
- Publicação do documento Cuidando do Planeta Terra (1991).
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro (1992).
- Criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) no âmbito da ONU (1992).
- Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – Johannesburgo – Rio +10 (2002).
- Cúpula Mundial da Nações Unidas – Nova York (2005).
- Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio de Janeiro – Rio+20 (2012).
- Criação do Fórum Político de Alto Nível das nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2013).
- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (2015).

Fonte: Barbieri (2020, p. 18-19).

No que tange ao conceito de desenvolvimento sustentável, ele originou em 1987, a partir do Relatório Brundtland<sup>1</sup> “*Our Common Future*” (1991), elaborado a pedido da Assembleia Geral das Nações Unidas, definido como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (ECO, 2014). O desenvolvimento sustentável tem sido, desde então, a prioridade de muitas organizações internacionais. Contudo, somente em 2015 foi dado pela ONU o que se julga ser um dos passos mais importantes na busca de um mundo mais sustentável: o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para

<sup>1</sup> Documento elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

enfrentar diversos desafios globais até a data prevista de 2030. Conhecido, também, como Agenda 2030, as estratégias incluem a redução da pobreza, da desigualdade e do analfabetismo, abrange as mudanças climáticas e degradação ambiental, bem como a defesa dos direitos humanos e da dignidade e teve a adoção de 196 países (OLMO; SAIZ; AZOFRA, 2021).

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são desdobrados em 169 metas, abrangendo os três pilares do desenvolvimento sustentável (ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS, UNU, 2015). A Figura 2 traz a representação gráfica de cada um desses objetivos.



Figura 2 - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Comissão de Valores Monetários, 2022.

Estimava-se que seriam necessários cerca de 5 a 7 trilhões de dólares por ano, até 2030, para a realização desses objetivos em todo o mundo, uma vez que o intuito é não deixar ninguém pra trás (UNEPFI, 2017). Assim, entende-se que o desenvolvimento sustentável é um processo simultaneamente social, político e econômico, que proporciona o avanço econômico e a dignidade humana, ao promover a qualidade de vida das pessoas, o bem-estar da população e a proteção do meio ambiente para as gerações atuais e futuras (MOLINARO; RESENDE, 2019).

Portanto, promover o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade é muito mais que apoiar questões ambientais e sociais. Algumas das possíveis ações são voltadas para a ampliação do acesso das pessoas a serviços básicos, redução de desigualdades regionais, geração de trabalho digno, apoio ao empreendedorismo e pequenas empresas, fortalecimento

da infraestrutura sustentável e aumento de produtividade e competitividade, inclusive, por meio de inovação, entre outros (MOLINARO; RESENDE, 2019). Em síntese, o desenvolvimento sustentável traz uma nova roupagem, por meio da qual é incorporada a necessidade de cuidar dos recursos utilizados hoje em prol de sua perpetuação para as gerações futuras (DINIZ; BERMANN, 2012).

## 2.2 Economia verde

A sustentabilidade é alcançada por meio de práticas voltadas para uma economia baseada no bem-estar social e na preservação ambiental, ou seja, uma abordagem presente na concepção de economia verde (UNEP, 2011). A noção de economia verde é mais recente do que desenvolvimento sustentável. O termo surgiu em 2008, em meio à crise financeira, pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA – *United Nations Environment Programme*, Unep) com o lançamento da Iniciativa Economia Verde. Anos mais tarde, na Conferência Rio+20 realizada no Rio de Janeiro em 2012, que contou com a representação de 188 países, tinha como destaque a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável (TÁVORA, 2012). O encontro resultou na confecção do documento “O Futuro que Queremos”, que evidencia o consumo sustentável, a erradicação da pobreza, as parcerias público-privadas, entre outros (UNITED NATIONS, 2012).

É importante destacar que a economia verde não é uma substituta ao desenvolvimento sustentável, mas uma importante ferramenta voltada para a implantação de políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento sustentável, social e inclusivo (UNITED NATIONS, 2012). Segundo alega Távora (2012, n.p.), a transição para uma economia verde demandaria “desde a definição de seu conceito até o modelo de financiamento das ações para transformação da economia atual, passando pela rediscussão do papel do investimento e da tecnologia e por uma reavaliação do modelo econômico vigente”.

A economia verde pode ser conceituada como um conjunto de iniciativas empresariais e governamentais para a redução de consumo de recursos naturais, englobando a atividade econômica em um comportamento sustentável. De maneira prática, ela compreende baixas emissões de carbono, eficiência no uso de recursos e inclusão social (DINIZ; BERMANN, 2012). Segundo Almeida (2012), é uma aposta para o crescimento efetivo, ao buscar mobilizar e reconduzir a economia mundial para investimentos em tecnologias limpas, como florestas e solos reduzindo as mudanças climáticas. Sendo um conjunto de instrumentos

para alcançar o desenvolvimento sustentável. Depreende-se, a partir dos ponderamentos apresentados, que a economia verde “resulta em melhoria do bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica” (UNITED NATIONS, 2011, p. 16).

### **2.3 *Environmental, Social and Governance* (ESG) – Ambiental, Social e Governança (ASG)**

Com o passar dos anos, as empresas tiveram que se adaptar aos movimentos do mercado, cuja crescente preocupação com questões ambientais é amplificada pela evolução tecnológica. O surgimento de redes sociais e dos smartphones conecta o mundo em tempo real, o que expõe as empresas e seus negócios ao julgamento público constante (VALENTI, 2020). O resultado observado é um aumento recorrente da integração da sustentabilidade dentro do ambiente empresarial (DIAS; SIQUEIRA, 2006).

Para compatibilizar as práticas laborais e as exigências de um perfil de público cada vez mais munido de informações, surgiu a expressão: *environmental social and governance* (ESG). Para compreender sua amplitude, é necessário analisar de forma separada cada uma das três letras, que representam o acrônimo das palavras presentes na sigla ESG que, traduzidas de forma livre para o português, significam ambiental, social e governança.

*Environmental* (ambiental) engloba as práticas empresariais relacionadas com a conservação do meio ambiente e os recursos fundamentais ao suporte da vida de fontes não renováveis. Em função disso, o desenvolvimento econômico é alcançado com o mínimo de impacto ambiental. Uma empresa que atua dentro dessa proposta assegura a sua permanência para as futuras gerações (DAFT, 2010).

Já o social compreende a forma como as organizações lidam com as pessoas (internamente) e com a comunidade no seu entorno. Engloba questões de igualdade de gênero, sexualidade, etnias, religiosidade, entre outras. A parte social também está ligada ao produto, à comunidade, bem como à saúde, à segurança e ao desenvolvimento dos seus funcionários (TARMUJI; MAELAH; TARMUJI, 2016, SCIARELLI *et al.*, 2021).

Por último, tem-se – a dimensão *Governance* (governança) - que pode ser justificada pela necessidade de se dirimir os conflitos de interesses entre os envolvidos nos processos de gestão de uma organização. Em função disso, sua denominação necessita ser mais extensa. De forma mais precisa, Jensen e Meckling (1976) definem uma relação de agência como um contrato pelo qual uma ou mais pessoas (o principal) contrata ou delega a outrem (o agente) o poderio para a tomada de decisão, ou a gestão da empresa (CEO), para a execução de

algum serviço em seu favor. Para os autores supracitados, se ambas as partes envolvidas são maximizadoras de utilidade, há um bom motivo para acreditar que o agente nem sempre agirá de acordo com os melhores interesses do principal. Tornando, assim, explícita uma divergência de interesses entre as partes.

Segundo Silva e Leal (2007), embora o agente tome decisões em benefício do principal, muitas vezes ocorrem situações em que os interesses dos dois são conflitantes, dando margem a um comportamento oportunista por parte do agente. A fim de dirimir os conflitos de agência ocasionados pela divergência de interesse entre principal e agente foram criados mecanismos que objetivam alinhar os interesses de ambas as partes. Nassif e Souza (2013) revelam que a governança corporativa constitui uma das possíveis formas de alinhar os interesses do principal e o do agente.

Agora, retomando a análise do termo ESG em sua plenitude, segundo Monzoni e Carreira (2022), a expressão se sobrepôs aos termos Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Sustentabilidade Empresarial (SE), comumente utilizados como sinônimos, embora possuam conceitos diferentes. Ainda que o conceito ESG esteja na moda, o termo surgiu em 2004 pela publicação *Who Cares Wins* (UNGC, 2004), produzida pelo Pacto Global da ONU – *United Nations Global Compact*.

A questão da sustentabilidade ambiental nas relações de consumo tem estimulado a preocupação em relação ao meio ambiente e à adoção de técnicas de gestão e produção, voltadas para o equilíbrio no uso dos recursos naturais. No entanto, a sustentabilidade ambiental ainda é vista por parte do mercado apenas de maneira simbólica, ou seja, não reflete em ações que contribuam para preservar a natureza. Dessa maneira, passam a impressão de que são, realmente, comprometidas com o meio ambiente, arrecadam consumidores e, conseqüentemente, têm uma imagem mais valorizada por meio da publicidade enganosa (SANTOS, 2002).

O cenário anteriormente apresentado elucida a ideia da sustentabilidade ambiental à publicidade de produtos e serviços que, na realidade, não podem ser considerados sustentáveis. Tal prática é denominada *greenwashing*, termo usado para definir a manobra publicitária que emprega a preservação ambiental apenas como forma de apelo ao consumidor (LOVATO, 2013).

O *greenwashing* é uma prática antiética que também pode prejudicar a credibilidade da sustentabilidade e minar os esforços de empresas genuinamente comprometidas com a preservação do meio ambiente. As finanças sustentáveis podem ajudar a diminuir as práticas de *greenwashing*, pois criam mecanismos para avaliar e mensurar o impacto ambiental e social

das empresas e investimentos, permitindo que investidores e consumidores façam escolhas mais informadas e conscientes (LOVATO, 2013).

## 2.4 Finanças sustentáveis

De acordo com a *International Capital Market Association – ICMA*, finanças sustentáveis referem-se a práticas financeiras que levam em consideração não apenas os aspectos econômicos, mas também os impactos ambientais, sociais e climáticos das atividades financeiras. Além disso, a sustentabilidade econômica de longo prazo das organizações financiadas e a estabilidade do sistema financeiro em geral também são levados em consideração. Essa abordagem busca promover a sustentabilidade global em termos econômicos, sociais e ambientais, e enfatiza a necessidade de uma gestão responsável e sustentável dos recursos financeiros (ICMA, 2020).

Para Inácio (2020), há muitas divergências em relação ao conceito de finanças sustentáveis. Não há um consenso, quanto a uma definição universalmente aceita, pois muitos consideram finanças sustentáveis e bancos sustentáveis definições inter-relacionadas. Ademais é um termo intercambiável com finanças verdes, finanças climáticas e banco verde ou até mesmo com crescimento verde, quando analisado pela visão de crescimento. Neste sentido, Inácio e Delai (2022) explicam que finanças sustentáveis podem ser compreendidas como a inserção de questões ambientais, sociais e de governança, sejam elas de curto, médio e/ou longo prazo nos produtos, serviços e no financiamento de projetos de qualquer organização. Atualmente, no mercado, são muitos os instrumentos financeiros que visam à captação de recursos para o financiamento de atividades econômicas sustentáveis. Há Títulos Verdes, Sociais, Sustentáveis e Vinculados à Sustentabilidade, conhecidos também, respectivamente, por *Green, Social, Sustainability e Sustainability-Linked Bonds (B3)* (CECHIN; PACINI, 2012).

Segundo a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente – ABRAMPA, o setor financeiro pode cooperar para as finanças sustentáveis por meio de diversas abordagens, que devem ser vistas como complementares e que visam promover uma gestão financeira responsável e sustentável (ABRAMPA, 2022).

Destaca-se que o foco deste trabalho é o cooperativismo de crédito brasileiro. O que significa que, embora alguns aspectos do sistema financeiro em geral sejam abordados, a ênfase será dada a informações e exemplos específicos do setor cooperativista.

## 2.5 Sustainable banking

*Sustainable banking* é um conceito que não possui uma tradução literal. Em síntese, as questões filantrópicas, que denotam a ideia de um banco social; a incorporação de valores e práticas éticas em suas operações, que trazem a roupagem de um banco ético; a integralização de questões ambientais, compreendidas por meio do *green banking* podem ser consideradas como a base para a consecução do conceito de *sustainable banking* que agrega ainda questões de ordem ambiental, social e governança corporativa, gerenciando o impacto delas no desenvolvimento sustentável (KUMAR; PRAKASH, 2019).

Em outra vertente de pensamento, *sustainable banking* pode ser entendido como uma ideologia motivada pela necessidade de abordagens novas e sustentáveis que auxiliam a prestação eficiente e eficaz de serviços bancários (IGBUDU; GARANTI; POPOOLA, 2018). Por outro lado, segundo Inácio e Delai (2022), *sustainable banking* tem uma ampla definição e refere-se a bancos (ou instituições financeiras) que entregam produtos e serviços financeiros que, além de gerar lucro, atendem às necessidades das pessoas e protegem o meio ambiente. Também pode ser definido como um sistema de valores que beneficia seus colaboradores, acionistas, clientes e a economia em geral, além de prevenir ou minimizar impactos negativos ao meio ambiente e à sociedade. Em relação à associação do conceito ao de banco verde e banco ético, observa-se, enquanto um banco verde pode ser entendido como um banco com planos focados no meio, um banco ético tem foco na dimensão social e tem práticas éticas, considerando os valores e significados de um negócio (INÁCIO; DELAI, 2021).

Dentro dessa proposta, as autoras supracitadas definiram *sustainable banking* como um banco que oferece produtos, serviços e práticas que contribuem para o desenvolvimento sustentável, beneficiando as dimensões ambiental, social e econômica no curto, médio e longo prazo. Já Olmo, Saiz, Azofra (2021) alegam que *sustainable banking* são aquelas instituições que aderiram voluntariamente aos Princípios das Nações Unidas para um Banco Responsável (UNEP *Finance Initiative*). Em suma, a expressão definiria um modelo bancário que se concentra na integração dos princípios ESG em todas as áreas do negócio bancário, desde a gestão de ativos e investimentos até a concessão de crédito, a fim de promover o desenvolvimento sustentável e criar valor para todas as partes interessadas envolvidas.

Os estudos sobre *sustainable banking* têm levado a perceber um sentido cada vez mais heterogêneo para a expressão. Ao longo do tempo, as pesquisas evoluíram em todas as categorias acadêmicas e periódicos, em uma convergência progressiva das abordagens instrumental e ética. Portanto, esse é um debate importante em torno do papel dos bancos no



avanço em direção à sustentabilidade a respeito da lógica de negócios para os bancos se engajarem em estratégias sustentáveis (ARACIL; NÁJERA-SÁNCHEZ; FORCADELL, 2021).

Há diversos estudos que abordam as questões da sustentabilidade na realidade bancária. Shah, Wu e Korotkov (2019) propuseram avaliar a eficiência e produtividade de *sustainable banking* usando a técnica Malmquist e compará-los aos bancos não sustentáveis. Igbudu, Garanti e Popoola (2018) correlacionam as práticas de *sustainable banking* como efeito mediador da imagem corporativa na relação entre as práticas bancárias sustentáveis e a fidelização bancária. Utilizando o termo como estratégia de marketing de relacionamento. Os referidos autores indicam que há impacto na lealdade por parte dos clientes e na imagem corporativa. Já Olmo, Saiz e Azofra (2021) identificaram que instituições financeiras que atuam como *sustainable banking* obtêm mais lucros que as demais instituições financeiras, uma vez que elas têm melhor reputação, proporcionam mais confiança e atraem clientes mais fiéis. Kumar e Prakash (2019) buscam identificar o nível de adoção e prática de *sustainable banking* nas instituições indianas. Para isso, os autores pontuaram práticas bancárias sustentáveis em uma escala de 0 a 10. Os autores identificaram que a Índia ainda está na fase inicial da adoção destas práticas. Tal observação também pode ser identificada pelos mesmos autores no ano seguinte ao tentar avaliar a prontidão para o desenvolvimento sustentável do setor bancário indiano (KUMAR; PRAKASH, 2020).

É interessante notar que a crise financeira de 2008 desempenhou um papel importante no aumento da atenção dada ao conceito de *sustainable banking*. Como resultado da crise, houve um aumento no interesse acadêmico em identificar a conduta irresponsável na indústria financeira que foi considerada a causa da crise. Inicialmente, em 2009, os estudos estavam mais focados na área de negócios e ética corporativa, mas com o tempo houve um deslocamento do foco para estudos ambientais. Em 2016, a base de dados *Web of Science* (WOS) mostrou que os estudos ambientais eram mais ativos em pesquisa bancária sustentável do que nunca antes (EBERLE; BERENS; LI, 2013).

A próxima subseção traz uma abordagem acerca do cooperativismo de crédito brasileiro, procurando contextualizá-lo, uma vez que ele representa o objeto desta pesquisa, conforme exposto.

## 2.6. Cooperativismo de crédito no Brasil

As cooperativas de crédito têm um papel relevante para o desenvolvimento socioeconômico do país, especialmente nas regiões mais carentes. São consideradas como uma alternativa viável para um sistema financeiro mais sustentável, pois promovem a inclusão financeira e a democratização do crédito, além de contribuir para o desenvolvimento econômico local e regional (MCKILLOP *et al.*, 2020).

Para entender a dinâmica do funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no qual as cooperativas de crédito estão inseridas, é possível analisar a Figura 3 que traz uma representação gráfica dos órgãos normativos, supervisores e operadores, demonstrando a posição ocupada pelas cooperativas de crédito.



Figura 3 - Composição do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

Fonte: BACEN, 2022.

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2014) alega que a abrangência da rede bancária em uma determinada região permite a disseminação de novas culturas e a ampliação da educação financeira. Dessa forma, a singularidade das instituições financeiras é compreendida como balizador comum no financiamento de quaisquer atividades, sejam elas fabris ou mercantis (INÁCIO; DELAI, 2021, CARLUCCI *et al.*, 2018, BRITO; GONZALEZ, 2007, OLMO; SAIZ; AZOFRA, 2021).

No âmbito do SFN, há um movimento expansionista do cooperativismo de crédito, desde a década de 1990, relevante para a economia, uma vez que proporciona inclusão financeira para pessoas com menor poder aquisitivo, gera emprego e renda, auxilia a redução da pobreza e contribui para o aumento da eficiência do SFN (CHAVES, 2011). O SFN é composto de inúmeras organizações e mecanismos financeiros que concedem a transposição de recursos entre os superavitários e deficitários. Entre os poupadores e os tomadores de créditos, estão as instituições financeiras realizando seus papéis de intermediadoras (CAVALCANTE, 2002).

No Brasil, provavelmente, a primeira cooperativa central a operar com crédito, ficava na cidade de Porto Alegre, em 1912. Era uma cooperativa central mista com seção de crédito e tinha como filiadas as cooperativas agrícolas. Na década de 1920, foi constituída a primeira federação de cooperativas de crédito do Brasil. Atualmente, segundo relatório do BACEN, o Sistema Nacional de Cooperativismo de Crédito (SNCC) é composto por 818 cooperativas singulares de crédito e 29 cooperativas centrais e conta com mais de 11,5 milhões de cooperados e um patrimônio líquido consolidado de mais de R\$ 67 bilhões (BACEN, 2020).

De acordo com a Lei 5.764 de 1971, cooperativas de crédito são denominadas como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados. Elas são regulamentadas pelas Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971 e Lei Complementar nº 130/2009 (FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, FGCOOP, 2020).

Para Oliveira, Bressan e Bressan (2014), a classificação das cooperativas de crédito em níveis é importante para sua regulamentação e supervisão pelo BCB, que estabelece diferentes requisitos e normas para cada nível. Isso permite que o desenvolvimento sustentável das cooperativas de crédito e o atendimento às necessidades financeiras de seus associados, sem comprometer a segurança e a solidez do sistema financeiro como um todo. Os três níveis são cooperativa singular, a cooperativa central e a confederação, contextualizados a seguir.

A cooperativa singular é a unidade básica da organização das cooperativas de crédito. Ela é composta pelos associados que utilizam os serviços financeiros oferecidos pela cooperativa, como depósitos, empréstimos, investimentos e seguros. A cooperativa singular é a responsável direta pelo atendimento aos associados e pela gestão das operações financeiras, além de cumprir as obrigações legais e regulatórias impostas pelo Banco Central do Brasil (OLIVEIRA; BRESSAN; BRESSAN, 2014).

A cooperativa central, por sua vez, é uma instituição de segundo grau que tem como objetivo coordenar e representar as cooperativas singulares em uma determinada região ou

estado. Conforme destacam Oliveira, Bressan e Bressan (2014), a cooperativa central exerce funções estratégicas, como a promoção da integração e da cooperação entre as cooperativas singulares, a oferta de serviços especializados em áreas como gestão financeira, tecnologia da informação e capacitação de pessoal e a representação das cooperativas junto aos órgãos reguladores e ao mercado financeiro.

Por fim, a confederação é o nível mais alto de organização das cooperativas de crédito, correspondendo a uma associação de cooperativas centrais em nível nacional. A confederação tem como objetivo promover a integração e a representação das cooperativas de crédito em âmbito nacional, além de atuar em questões estratégicas e de interesse comum, como a definição de políticas e diretrizes para o setor, a participação em fóruns de discussão e negociação com entidades governamentais e empresariais, e a defesa dos interesses do cooperativismo de crédito (OLIVEIRA; BRESSAN; BRESSAN, 2014).

### 3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho é análoga à empregada nos dois produtos que compreendem o referido estudo. Nesse sentido, a abordagem deste estudo tem natureza qualitativa. O estudo foi todo embasado no *framework* proposto por Kumar e Prakash (2019), em que a proposta abordada pelos autores foi transferida para a realidade brasileira dentro do contexto dos quatro maiores sistemas cooperativistas de crédito brasileiro: Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred (UNICRED) e Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) (BACEN, 2020).

Assim, por meio de uma pesquisa documental, envolvendo relatórios de sustentabilidade, relatórios de responsabilidade social corporativa, relatórios de responsabilidade empresarial e afins analisou-se as confederações destes sistemas em busca de identificar práticas de *sustainable banking* adotadas por eles.

Para construir os dois produtos, empregou-se a análise de conteúdo, tendo como embasamento a teoria proposta por Bardin (2009), em que os dados foram categorizados em função de sua similaridade com as práticas de *sustainable banking* propostas pelos autores supracitados.

No segundo produto, de forma específica, o pesquisador analisou estas práticas em uma confederação em particular. Por meio de observação sistemática, foi possível fazer considerações e propostas de melhorias.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da metodologia de Kumar e Prakash (2019) adaptada ao cenário do cooperativismo de crédito brasileiro, este estudo buscou identificar práticas de *sustainable banking* nas quatro maiores confederações de crédito cooperativo do país: CRESOL, SICOOB, SICREDI e UNICRED. Os resultados demonstraram que as quatro confederações se encontram em um nível de adoção satisfatório destas práticas, enfatizando que o SICOOB foi a instituição que mais se destacou entre as pesquisadas. Em seguida SICREDI, CRESOL e UNICRED, respectivamente. É possível identificar que as quatro confederações necessitam aprimorar o portfólio de produtos e serviços ofertados, uma vez que esta categoria é a que possui maior relevância no *framework*. Da mesma forma, no quesito código de conduta de sustentabilidade foi onde identificou-se uma menor presença de cumprimento do setor, mesmo não sendo este o grupo de maior peso no estudo. Em contrapartida, houve um cumprimento total dos indicadores na conduta socio ética interna. A revisão de literatura evidenciou que o cooperativismo de crédito brasileiro possui, em sua essência, práticas bancárias voltadas para o bem-estar social das comunidades onde estão inseridos. Isto, pode explicar, em parte, o porquê de as confederações se enquadrarem nesse nível de adoção.

No entanto, os resultados do estudo também indicam que há espaço para um aumento de oferta pelo setor, principalmente em produtos e serviços sustentáveis, que são práticas ligadas diretamente ao negócio. Isso sugere que há possibilidade para o aprimoramento das práticas de *sustainable banking* no cooperativismo de crédito brasileiro, o que pode ser benéfico tanto para as instituições financeiras quanto para as comunidades que elas atendem.

Como limitações do estudo, destaca-se a pouca disponibilidade de dados referentes às práticas adotadas pelas instituições analisadas e a falta de precisão de algumas das informações. Da mesma forma, as conclusões do estudo estão restritas ao cenário do cooperativismo de crédito brasileiro e não são diretamente aplicáveis a outros contextos.

O estudo contribui para o meio acadêmico ao refinar, adaptar e corrigir o *framework* de Kumar e Prakash (2019), fornecendo uma base para futuras pesquisas, discussões acadêmicas e, consecutivamente, para a expansão do conhecimento existente, preenchendo lacunas de pesquisa na área de *sustainable banking* e cooperativismo de crédito brasileiro. Da mesma forma, como contribuições práticas, o estudo fornece *insights* relevantes para o setor cooperativista de crédito sobre os impactos e as implicações das práticas de *sustainable banking* e para a melhoria destas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMPA. **Finanças sustentáveis: ESG, Compliance, Gestão de Riscos e ODS**. 2022. Disponível em: <[https://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2021/dezembro/Financas\\_sustentaveis\\_final.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2021/dezembro/Financas_sustentaveis_final.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- ANTUNES, P. **Direito ambiental**. São Paulo: Atlas, 2019.
- ALMEIDA, L. T. Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, 2012.
- ARACIL, E.; NÁJERA-SÁNCHEZ, J. J.; FORCADELL, F. J. *Sustainable banking: A literature review and integrative framework*. **Finance Research Letters**, v. 42, n. 1, jan., 2021. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/348449476\\_Sustainable\\_banking\\_A\\_literature\\_review\\_and\\_integrative\\_framework](https://www.researchgate.net/publication/348449476_Sustainable_banking_A_literature_review_and_integrative_framework)>. Acesso em: 3 maio 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Panorama do sistema nacional de crédito cooperativo - PSNCC**. Brasília: BACEN, 2020. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/PANORAMA%20SNCC%202020.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução do sistema financeiro nacional**. Brasília: BACEN, 2022. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtmls%2FDeorf%2Fr199812%2Ftexto.asp>>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- BARBIERI, J. **Desenvolvimento sustentável das origens à agenda 2030**. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BITTENCOURT, W. R.; BRESSAN, V. F. G. Eficiência em cooperativas de crédito – 2009 a 2014. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, 2018, p. 252–276.
- BRITO, R.; GONZALEZ, L. E. Finanças sustentáveis. **GV-executivo**, v. 6, n. 6, 2007, p. 41-45. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/275210177\\_Financas\\_sustentaveis](https://www.researchgate.net/publication/275210177_Financas_sustentaveis)>. Acesso em: 1 maio 2022.
- BUTA, B. O. Inovar com propósito: a estratégia para cooperativas financeiras lidarem com o ambiente dinâmico. **Jornal Estadão**, abr., 2021 [versão online]. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/inovar-com-proposito-a-estrategia-para-cooperativas-financeiras-lidarem-com-o-ambiente-dinamico/>>. Acesso em: 1 maio 2022.

- CARLUCCI, D. *et al.* *A holistic conception of sustainable banking: adding value with fuzzy cognitive mapping.* **Technological and Economic Development of Economy**, v. 24, n. 4, 2018, p. 1303–1322. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/326123930\\_A\\_holistic\\_conception\\_of\\_sustainable\\_banking\\_Adding\\_value\\_with\\_fuzzy\\_cognitive\\_mapping](https://www.researchgate.net/publication/326123930_A_holistic_conception_of_sustainable_banking_Adding_value_with_fuzzy_cognitive_mapping)>. Acesso em: 2 maio 2022.
- CAVALCANTE, F. **Mercado de capitais**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- CECHIN, A. PACINI, H. Economia verde: por que o otimismo deve ser aliado ao ceticismo da razão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n.74, 2012, p.121-135. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/GbwyfX6gXbbXPQttnVCbbGd/>>. Acesso em: 18 jun. 2022.
- CHAVES, S. **O cooperativismo de crédito no Brasil: evolução e perspectivas**. In: Desafios do Sistema Financeiro Nacional: o que falta para colher os benefícios da estabilidade conquistada. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2011.
- DAFT, R. **Administração: a ética da sustentabilidade e o meio ambiente**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- DIAS, L.; SIQUEIRA, J. Análise da evolução qualitativa dos balanços sociais da Petrobrás no período de 2000 a 2004. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2006.
- DINIZ, E. M.; BERMANN, C. Economia verde e sustentabilidade. **Estudos avançados**, n. 74, v. 26, 2012.
- EBERLE, D., BERENS, G., LI, T. *The impact of interactive corporate social responsibility communication on corporate reputation.* **J. Bus. Ethics** 118 (4), 731–746. 2013.
- ECO. **O que é desenvolvimento sustentável**. 2014. Disponível em: <<https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/28588-o-que-e-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 14 junho de 2022.
- EXAME. Vinícolas terão de pagar R\$ 7 milhões em indenização por condições análogas à escravidão. **Exame**. São Paulo, 10 mar. 2023. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/vinicolas-terao-de-pagar-r-7-milhoes-em-indenizacao-por-condicoes-analogas-a-escravidao/>>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - FEBRABAN. **Sustentabilidade**, 2014. Disponível em: <<https://portal.febraban.org.br/pagina/3311/1109/pt-br/politica-sustentabilidade>>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO – FGCOOP. **Relatório do sistema nacional de crédito cooperativo**, 2020. Disponível em: <<https://www.fgcoop.coop.br/relatorio-timeline/relatorio-sncc>>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- GUIMARÃES, T. M., PEIXOTO, F. M., CARVALHO, L. Sustentabilidade empresarial e governança corporativa: uma análise da relação do ISE da BM & FBOVESPA com a compensação dos gestores de empresas brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, maio, 2017. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/317161738\\_Sustentabilidade\\_Empresarial\\_e\\_Governanca\\_Corporativa\\_Uma\\_Analise\\_da\\_Relacao\\_do\\_ISE\\_da\\_BMFBOVESPA\\_com\\_a\\_Compensacao\\_dos\\_Gestores\\_de\\_Empresas\\_Brasileiras](https://www.researchgate.net/publication/317161738_Sustentabilidade_Empresarial_e_Governanca_Corporativa_Uma_Analise_da_Relacao_do_ISE_da_BMFBOVESPA_com_a_Compensacao_dos_Gestores_de_Empresas_Brasileiras)>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ICMA. *Sustainable Finance — High-level definitions*. 2020. Disponível em: <<https://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/Sustainable-Finance-High-Level-Definitions-May-2020-110520v4.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

IGBUDU, N; GARANTI, Z; POPOOLA, T. *Enhancing bank loyalty through sustainable banking practices: The mediating effect of corporate image. Sustainability (Switzerland)*, v. 10, n. 11, 2018, p. 1–11.

INÁCIO, L. S. **Uma proposta de modelo de maturidade em gestão da sustentabilidade para o setor bancário**. 2020. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12935>>. Acesso em: 14 de junho de 2022.

INÁCIO, L. S.; DELAI, I. *Sustainable banking: a systematic review of concepts and measurements. Environment, Development and Sustainability*, v. 24, n. 1, 2022.

JACQUES, E. R.; GONÇALVES, F. de O. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade**, v. 25, n. 2, 2016, p. 489–509.

JENSEN, M. MECKLING, W. *Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs, and ownership structure. Journal of Financial Economics*, n. 3, 1976, p. 305-360.

JORNAL CONTÁBIL. O escândalo contábil de R\$ 4,0 bilhões da Americanas coloca mais alarme na auditoria da PwC. **Jornal Contábil**. São Paulo, 11 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/o-escandalo-contabil-de-r-40-bilhoes-da-americanas-coloca-mais-alarme-na-auditoria-da-pwc/>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

KUMAR, K; PRAKASH, A. *Developing a framework for assessing sustainable banking performance of the Indian banking sector. Social Responsibility Journal*, v. 15, n. 5, 2019, p. 689–709.

KUMAR, K; PRAKASH, A. *Managing sustainability in banking: extent of sustainable banking adaptations of banking sector in India. Environment, Development and Sustainability*, v. 22, n. 6, p. 5199–5217, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10668-019-00421-5>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

LEVINE, R. **Finance and Growth: Theory and Evidence**. In: Aghion, P. e Durlauf, S., *Hanbook of Economic Growth*, 2005.

LOVATO, M. L. GREENWASHING NO BRASIL: quando a sustentabilidade ambiental se resume a um rótulo. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, [S. l.], v. 8, p. 162–171, 2013. DOI: 10.5902/198136948257. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8257>>. Acesso em: 30 de junho de 2022.



MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C. **Sustentabilidade no setor financeiro**: gerando valor e novos negócios. São Paulo: Senac, 2008.

MCKILLOP, D. *et al.* *Cooperative financial institutions: A review of the literature*. *International Review of Financial Analysis*, maio, n.71, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.irfa.2020.101520>>. Acesso em: 4 abr. 2023.

MEJIA-ESCOBAR, J. C.; GONZÁLEZ-RUIZ, J. D.; DUQUE-GRISALES, E. *Sustainable financial products in the Latin America banking industry: current status and insights*. *Sustainability*, v. 12, n. 14, 2020. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/12/14/5648>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

MOLINARO, C; RESENDE, A. O dever constitucional do consumo consciente: reflexões a partir do princípio da fraternidade. In: Carlos Augusto Alcântara Machado; Clara Machado; Lafayette Pozzoli. (Org.). **Direito humanos, agenda 2030 e desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Bonecker, 2019, p. 33-54.

MONASTEROLO, I., ROVENTINI, A.; FOXON, T. J. Incerteza das políticas climáticas e implicações para economia e finanças: uma abordagem econômica evolutiva. **Economia Ecológica**, v.163, set., 2019, p. 177-182. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800919302496>>. Acesso em: 1 maio 2022.

MONZONI, M., CARREIRA, F. O metaverso do ESG. **GV-executivo**, v. 21, n. 1, 2022. <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/issue/view/4780/2604>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MUELLER, C. C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Edu Coedição, 2002.

NASSIF, E.; SOUZA, C. Conflitos de agência e governança corporativa. **CAD**, v. 7, n.1, jan./dez., 2013, p. 1-20.

OLIVEIRA, D. P. R. de. **Teoria geral da administração**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2019.

OLIVEIRA, P.; BRESSAN, V.; BRESSAN, A. Existe diferença no desempenho financeiro das cooperativas centrais de crédito no Brasil? **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 2, n. 2, 2014, p. 40–54.

OLMO, B. T.; SAIZ, M. C.; AZOFRA, S. S. *Sustainable Banking, Market Power, and Efficiency: Effects on Banks' Profitability and Risk*. *Sustainability*, v. 13, n. 3, 2021, p. 1–23. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/13/3/1298/htm>>. Acesso em: 2 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. **Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2022.

PORTAL EBC. Relembre os piores desastres ambientais ocorridos no Brasil. **Meio Ambiente**, nov. 2015. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/noticias/meio->

ambiente/2015/11/conheca-os-principais-desastres-ambientais-ocorridos-no-brasil>. Acesso em: 11 ago. 2022.

RICAS, D. **Oportunidades para um crescimento verde e sustentável no Brasil pós-Covid 19**: documento conceitual. Brasília: GIZ, 2020. Disponível em: <<https://www.giz.de/en/downloads/giz-oportunidades-para-um-crescimento-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2022.

SANTOS, B. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SCIARELLI, M. C. *et al.* *Socially responsible investment strategies for the transition towards sustainable development: the importance of integrating and communicating ESG. The TQM Journal*, v. 33, n. 7, 2021.

SHAH, A. WU, D. KOROTKOV, V. *Are sustainable banks efficient and productive? A data envelopment analysis and the Malmquist productivity index analysis. Sustainability (Switzerland)*, v. 11, n. 8, 2019.

SILVA, A. LEAL, R. **Governança corporativa**: evidências empíricas no Brasil. São Paulo: Atlas, 2007.

TARMUJI, I. MAELAH, R. TARMUJI, N. *The impact of environmental, social and governance practices (ESG) on economic performance: Evidence from ESG score. International Journal of Trade, Economics and Finance*, v. 7, n. 3, 2016, p. 67.

TÁVORA, F. L. **Aspectos econômicos da transição para uma economia verde**. v. 55, n. 61, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/575>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

UNEP. **Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication - a synthesis for policy makers. Division of Communications and Public Information**: Nairobi, Kenya, 2011. Disponível em: <<<https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=400&nr=126&menu=35>>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

UNEP FINANCE INITIATIVE. **Princípios para responsabilidade bancária**: documento de orientação. Versão traduzida pela Federação Nacional dos Bancos. Brasília: FEBRABAN, 2019. Disponível em: <<https://www.unepfi.org/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/PRB-Guidance-Document-Portuguese-OFICIAL.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

UNGC. Who Cares Wins. Relatório *Connecting Financial Markets to a Changing World. United Nations Global Compact*. 2004. Disponível em: <[https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who\\_cares\\_wins\\_global\\_compact\\_2004.pdf](https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf)>. Acesso em 16 de julho de 2022.

UNITED NATIONS. *The future we want: outcome of the United Nations Conference on Sustainable Development*. Rio de Janeiro, Brazil, 2012.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. *Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication*. S. l.: Unep, 2011.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME FINANCIAL INITIATIVE (UNEPFI). *Roadmap for a sustainable financial system*. Geneva: United Nations Environment Programme and the World Bank Group. 2017. Disponível em: <<https://unepinquiry.org/publication/roadmap-for-a-sustainable-financial-system/>>.

VALENTI, G. Atenção, companhias: ESG já está na lei, aponta carta da JGP. **Revista Exame**, São Paulo, 15 jul. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/esg/atencao-companhias-esg-ja-esta-na-lei-aponta-carta-da-jgp/#:~:text=A%20sigla%20ESG%20foi%20cunhada,escala%20a%20partir%20de%202005.>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

**PRODUTO 1: Artigo teórico-empírico**

***SUSTAINABLE BANKING*: Práticas bancárias sustentáveis no cooperativismo de crédito brasileiro**

## ***SUSTAINABLE BANKING: Práticas bancárias sustentáveis no cooperativismo de crédito brasileiro***

### **RESUMO**

A adoção de práticas sustentáveis no setor bancário no geral e no sistema de cooperativismo de crédito é fundamental para a promoção de um desenvolvimento sustentável. No entanto, apesar dessa necessidade, as federações das cooperativas de crédito não são referências em práticas bancárias sustentáveis (o denominado *sustainable banking*). Diante disso, este trabalho tem como objetivo identificar e analisar as práticas bancárias sustentáveis adotadas pelos quatro maiores sistemas cooperativistas de crédito no Brasil, a fim de verificar como está a adoção do *sustainable banking* em cada um deles. Para tanto, o método adotado foi o de análise de conteúdo, por meio de uma pesquisa documental. Adaptou-se o *framework* proposto por Kumar e Prakash para atingir os objetivos da pesquisa. Os resultados indicam que o cooperativismo de crédito se encontra nos dois estágios mais elevados de adoção dessas práticas, mas também indicam que há produtos e serviços que ainda podem ser explorados por eles.

**Palavras-chave:** *Sustainable banking*, cooperativas de crédito, sustentabilidade.

### **ABSTRACT**

The adoption of sustainable practices in the banking sector in general and in the credit union system is essential for promoting sustainable development. However, despite this need, federations of credit unions are not references in sustainable banking practices (the so-called sustainable banking). Therefore, this work aims to identify and analyze the sustainable banking practices adopted by the four largest cooperative credit systems in Brazil, in order to verify how the adoption of sustainable banking is in each of them. For that, the method adopted was the content analysis, through a documentary research. The framework proposed by Kumar and Prakash was adapted to achieve the research objectives. The results indicate that credit cooperatives are in the two highest stages of adopting these practices, but also indicate that there are products and services that can still be explored by them.

**Keywords:** Sustainable banking, credit unions, sustainability.

## **1 INTRODUÇÃO**

Ao analisar o contexto mercadológico, são encontradas inúmeras variáveis que têm relação direta com a sobrevivência e longevidade organizacional. Uma vez que as empresas operam num ambiente marcado pela competitividade, interconectividade e globalização, há questões que são consideradas prioritárias e que demandam ações concretas, rápidas e assertivas (OLIVEIRA, 2019). Dentre essas questões, há preocupações que se alastram ao longo do tempo, sendo foco de inúmeras discussões pelas partes interessadas, como por exemplo, questões concernentes à sustentabilidade (BRITO; GONZALEZ, 2007). Delai e Takahashi

(2016) argumentam que as empresas têm mudado a forma de fazer negócios e integrado a sustentabilidade em suas práticas. Almeida (2002) complementa a necessidade incorporar a Ecoeficiência em todos os produtos e processos desenvolvidos pelas empresas.

A partir dessas premissas, é possível aludir que o tema sustentabilidade configura dentre as principais preocupações do século XXI e, em função disso, a capacidade de integrar a sustentabilidade à estratégia corporativa representa um importante impulsionador para o mundo corporativo (KUMAR; PRAKASH, 2019). Com tudo isso, uma nova abordagem surge: ESG, que é um acrônimo das palavras em inglês *environmental social and governance*, que, em tradução livre, significam ambiental, social e governança, sendo sua sigla em português, ASG (ambiental, social e governança corporativa).

Ao se abordar a relevância do tema no sistema financeiro, identifica-se que as instituições financeiras adotam a sustentabilidade de forma gradual. Primeiramente, em seus processos; em um segundo estágio, em seus produtos financeiros; e, por último, como foco do seu negócio (VIANA; VACCARO; VENZKE, 2022). Esse último estágio, por sua vez, traz em si o conceito implícito de *sustainable banking*, tema central deste estudo e que não possui uma tradução literal, uma vez que não há um verbo em português que possa ser empregado na tradução de “*banking*” (SINGER, 1995). Em uma tentativa de apresentar um conceito operacional de *sustainable banking*, Inácio e Delai (2022) o definem como bancos que beneficiam seus colaboradores, acionistas, clientes e a economia em geral e previnem ou minimizam os impactos negativos ao meio ambiente e à sociedade.

Pautado nas asserções anteriores, percebe-se o afloramento de discussões acerca de como o sistema cooperativista de crédito no Brasil tem lidado com as práticas de *sustainable banking*. De acordo com Viana, Vaccaro e Venzke (2022), as cooperativas de crédito já são mais relacionadas à sustentabilidade em virtude da sua própria essência, contudo elas ainda não são vistas como referência de sustentabilidade entre as instituições financeiras. As cooperativas de crédito são de extrema importância para o desenvolvimento da economia local, promovendo o fomento e a circulação de recursos e investimentos para a sociedade em geral (OLIVEIRA; BRESSAN; BRESSAN, 2014; JACQUES; GONÇALVES, 2016; BITTENCOURT; BRESSAN, 2018). Além disso, o cooperativismo de crédito consegue alcançar locais que o sistema bancário tradicional não está presente, produzindo bens de interesse público de forma democrática, sustentável e responsiva às necessidades locais (BUTA, 2021).

A partir desse contexto, esta pesquisa procura responder o seguinte questionamento: Qual a atual situação do sistema cooperativista de crédito brasileiro em relação à adoção de práticas de *sustainable banking*?

A questão aqui proposta foi discutida por meio de uma pesquisa documental, envolvendo relatórios de sustentabilidade, relatórios de responsabilidade social corporativa, relatórios de responsabilidade empresarial e outras informações disponibilizadas pelos quatro maiores sistemas cooperativistas de crédito brasileiro: Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred (UNICRED) e Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) (BACEN, 2022a).

Para a identificação dos dados relevantes, foi empregada a metodologia apresentada por Kumar e Prakash (2019). Assim, o objetivo deste estudo foi identificar quais são as práticas de *sustainable banking* existentes nos sistemas de crédito cooperativo brasileiro e identificar em qual nível de adoção dessas práticas cada sistema se encontra. Além disso, o estudo fornece *insights* para outras instituições financeiras que buscam implementar práticas mais responsáveis e éticas.

A proposta se justifica face a gradativa preocupação com as questões ambientais e a necessidade de se fazer do sistema financeiro um aliado nessa promoção sustentável, uma vez que ele é um denominador no financiamento dessas práticas. Ao propor um estudo específico voltado para o cooperativismo de crédito, pretendeu-se diferenciar este estudo dos demais (KUMAR E PRAKASH, 2019; KUMAR E PRAKASH, 2020; INÁCIO, 2020), enfatizando apenas esse nicho de mercado justamente por suas características (já elencadas) e por seu estreitamento com o seu público. Além disso, o estudo contribui para o avanço do conhecimento de práticas de *sustainable banking* e destaca a importância do cooperativismo de crédito como alternativa financeira mais ética e responsável, uma vez que, na revisão de literatura inicial foi possível identificar que as práticas bancárias sustentáveis foram pouco estudadas e exploradas no Brasil.

A próxima seção retrata a fundamentação teórica que serviu de embasamento para a consecução posterior deste estudo.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção, foram contextualizados os conceitos teóricos utilizados para balizar este estudo e abrir uma breve investigação do arcabouço existente na literatura sobre os diversos conceitos de sustentabilidade e sua inserção no setor financeiro, para subsidiar a pesquisa.

## 2.1 Finanças sustentáveis e práticas de *sustainable banking*

No final da década de 1990, quando o conceito de desenvolvimento sustentável chegou à agenda das instituições financeiras, surgiu, então, o conceito de finanças sustentáveis (BRITO; GONZALEZ, 2007). O setor financeiro desempenha uma função importante para o alcance do desenvolvimento sustentável (DS) que é direcionar recursos para atividades que contribuam para uma sociedade inclusiva que aplique de forma sustentável os recursos naturais para satisfazer suas necessidades. No ano de 1992, a *United Nations Environment Programme - Finance Initiative* (UNEPFI), em português Iniciativa Financeira das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, foi criada no intuito de promover a inclusão de fatores ambientais em todos os aspectos das operações e serviços do setor financeiro (INÁCIO; DELAI, 2022).

São classificadas como finanças sustentáveis, as práticas que “adotam princípios e diretrizes socioambientais e de governança corporativa” (MATTAROZZI, 2012, p. 49). Para Comini *et al.* (2011), o conceito de finanças sustentáveis apresenta variações de significado e há espaço para diferentes interpretações e abordagens do tema, pois ainda se trabalha com um conceito de sentido bastante amplo e abrangente. Inácio (2020) concorda com a ideia da existência de muitas divergências em relação ao conceito de finanças sustentáveis, pois ainda não há um consenso, quanto a uma definição universalmente aceita.

Decorrente da discussão sobre finanças sustentáveis, surge o conceito de *sustainable banking*. Amplamente utilizado na literatura internacional, esse conceito remete à execução de práticas sustentáveis por parte do setor bancário, o que poderia ser entendido, em uma tradução literal, como o “bancar sustentável”<sup>2</sup>. Yip e Bocken (2018) veem o *sustainable banking* como a entrega de produtos e serviços financeiros desenvolvidos com o objetivo de atender necessidades de pessoas e proteger o meio ambiente, com geração de lucros. Segundo revisão de literatura realizada por Aracil, Nájera-Sánchez e Forcadell (2021), o conceito *sustainable banking* e termos relacionados, como *Corporate Social Responsibility* (RSE)

---

<sup>2</sup> Paul Singer já indicava a dificuldade de traduzir o termo *banking*, ao fazer uma resenha do texto *The Future of Central Banking. The Tercentenary Symposium of the Bank of England* (CAPIE et al. 1994): “A dificuldade de traduzir este título e muitas expressões correntemente usadas é que nos falta em português um verbo correspondente a *to bank*, que é a ação do banqueiro e de seu estabelecimento. Temos bancar em português, mas que se aplica a banca de jogo do bicho ou a servir de banqueiro em jogo de azar. Resolvi usá-lo [bancar] na tradução livre acima para ver se podemos estender seu sentido à atividade bancária. Se isso se mostrar impossível vamos ter de criar um neologismo como banquear e banqueamento.” (SINGER, 1995, p. 215).



*ethical-banks, eco-banking, and green-banks*, têm atraído a atenção de estudiosos ao longo do tempo de forma exponencial e tais termos têm sido amplamente analisados, pois desempenham papéis cruciais na promoção do DS.

Inácio e Delai (2022) realizaram um estudo no qual obtiveram uma visão ampla das questões de sustentabilidade. As autoras perceberam que o *sustainable banking* é uma das vertentes do setor financeiro que contribui significativamente com o DS, por meio de impactos ambientais diretos, apesar de insignificantes. Dessa forma, quando comparados a outros setores da economia, como agricultura ou mineração, o setor tem baixo consumo de energia, água e materiais, além de baixas emissões poluentes. Por outro lado, pode contribuir com um impacto indireto significativo pelo seu papel de intermediário e possível indutor das ações de seus clientes, influenciando o ritmo e a direção do desenvolvimento econômico, social e ambiental de uma sociedade. No mesmo estudo, Inácio e Delai (2022) identificaram ser possível estimular boas práticas socioambientais ao adotar critérios de avaliação que considerem aspectos relacionados à sustentabilidade, tanto em seus processos de concessão de financiamentos e linhas de crédito, quanto na criação de linhas específicas para financiamento de produtos verdes ou tecnologias limpas, ou ainda, sensibilizando e incentivando formação.

Outro fator importante que influencia de forma sistemática as práticas de *sustainable banking* é a gestão de riscos, principalmente após a crise financeira de 2008 (OLMO; SAIZ; AZOFRA, 2021). Dentro da gestão de riscos, estratégias sustentáveis podem ser adotadas, pois, segundo Olmo, Saiz, Azofra (2021), elas reduzem o risco de insolvência, atraem mais clientes, melhoram a marca e, sucessivamente, o risco reputacional. Conforme exposto no relatório da UNEP, os bancos precisam incorporar a avaliação de riscos e impactos nas três dimensões da sustentabilidade (ambiental, social e econômica) nas tomadas de decisões de negócios (UNEP FINANCE INITIATIVE, 2019). Além disso, o relatório apresenta diversas sugestões para a gestão de risco dos bancos, uma vez que no setor bancário é importante desenvolver constantemente a transparência e a conscientização sobre a necessidade de os atores financeiros e corporativos mitigarem os riscos que geram impactos negativos para a sustentabilidade (COMISSÃO EUROPEIA, 2018).

De forma específica, Shah, Wu e Korotkov (2019) apontam que os riscos ambientais influenciam significativamente o risco financeiro. Logo, as carteiras de risco de crédito e de investimento devem ser gerenciadas de forma adequada para minimizar o risco ambiental.

Naturalmente, como decorrência e, em muitas circunstâncias, como vetor desse contexto, diversos esforços de padronização e regulação da atividade bancária sustentável

emergiram. Em 1997, a ONU fundou, por meio da UNEP-FI, a *Global Reporting Initiative* (GRI), que é uma organização internacional sem fins lucrativos dedicada ao desenvolvimento de uma estrutura abrangente de relatórios de sustentabilidade. A GRI é uma das principais organizações que padroniza relatórios de sustentabilidade a nível mundial, trabalhando em estreita colaboração com empresas, governos, organizações da sociedade civil e outros *stakeholders* para promover práticas de negócios sustentáveis. A organização tem como objetivo promover a transparência e a responsabilidade corporativa por meio do fornecimento de informações relevantes e confiáveis sobre o desempenho das empresas em relação aos desafios ambientais, sociais e econômicos que enfrentam (GRI, 1997).

Em 2003, a *Internacional Finance Corporation*, instituição do Banco Mundial, lançou os Princípios do Equador, que estabelecem critérios de responsabilidade social para a concessão de investimentos a projetos voltados para o desenvolvimento social e ambiental, em que os valores sejam superiores a 10 milhões de dólares (VASCONCELOS, 2011). Logo, ao aderir aos Princípios, os bancos ficam comprometidos em sua aplicação e no financiamento de projetos de qualquer setor (MATTAROZZI; TRUNKL, 2008).

Posteriormente, em 2015, os *Sustainable Development Goals* (SDG) e o Acordo de Paris (AP) reafirmaram a relevância desse papel ao quantificar as necessidades de financiamento esperadas para alcançá-los (INÁCIO; DELAI, 2022). O Acordo de Paris foi firmado em dezembro de 2015, contando com a participação de 196 países, que se reuniram na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, passando a entrar em vigor em 4 de novembro de 2016. Seu objetivo é promover a cooperação entre a sociedade civil, o setor privado, as instituições financeiras, cidades, comunidades e povos indígenas para ampliar e fortalecer ações de mitigação do aquecimento global (THE PARIS AGREEMENT, 2015). Percebe-se, assim, a importância que o acordo confere acerca da necessidade de se integrar o sistema financeiro em relação às questões de ordem de mudança climática.

Em setembro de 2019, a UNEP-FI lançou também os Princípios para um Banco Responsável, que atua na convergência entre finanças e sustentabilidade. Um aspecto importante a ser destacado é que os bancos têm liberdade para aderirem ou não a esses princípios (UNEP FINANCE INITIATIVE, 2019). Segundo Olmo, Saiz, Azofra (2021), o objetivo dessa iniciativa é aumentar a oferta de crédito para atividades econômicas, sociais e ambientalmente sustentáveis, por meio de seis princípios, elencados no Quadro 1.

Quadro 1 – Princípios para um banco responsável

<b>PRINCÍPIO</b>	<b>CRITÉRIOS</b>
Alinhamento	Posicionamento das estratégias de negócios dos bancos aos ODS, ao Acordo Climático de Paris e às regulamentações nacionais e regionais relevantes.
Definição de impacto e objetivos	Os bancos devem aumentar os impactos positivos de sua atividade e reduzir os impactos negativos para as pessoas e para o meio ambiente; além de definir e publicar metas, em que seus impactos são mais significativos.
Clientes	Os bancos devem trabalhar de forma responsável com seus clientes, incentivando práticas sustentáveis.
Partes interessadas	Os bancos devem, de forma proativa e responsável, consultar, engajar e fazer parcerias com as partes interessadas relevantes.
Governança e cultura	Os bancos devem implementar esses princípios, por meio de uma governança efetiva e uma cultura bancária responsável.
Transparência e prestação de contas	Os bancos devem revisar periodicamente os seis princípios e ser transparentes e responsáveis por seus impactos e contribuições para os objetivos da sociedade.

Fonte: Adaptado de OLMO; SAIZ; AZOFRA, 2021.

No contexto da regulamentação específica brasileira, em 25 de abril de 2014, a Resolução 4.327 do BACEN trouxe a obrigatoriedade de todas as instituições financeiras adotarem uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA). A Resolução exige que as entidades reguladas estabeleçam e executem um plano de ação de implementação de políticas de riscos ambientais e sociais (BRASIL, 2014).

Conforme Lefosse (2022), o Banco Central do Brasil ainda não possui normas específicas sobre sustentabilidade no cooperativismo de crédito. No entanto, existem algumas diretrizes gerais que se aplicam a todas as instituições financeiras, incluindo as cooperativas de crédito, sobre responsabilidade social e ambiental,

Ainda de acordo com o autor supracitado, dentre essas diretrizes gerais, destacam-se: (a) Resolução CMN 4.943/2021, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital e a política de divulgação de informações e altera a Resolução 4.557/2017; (b) Resolução CMN 4.945/2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras implantarem uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e revoga a Resolução 4327/2014; (c) Resolução BCB 139/2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os bancos divulgarem anualmente o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas; (d) Resolução BCB 151/2021, que trata da obrigatoriedade de remessa ao BCB de informações relativas à avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos, de que tratam a Resolução 4.557 e a Resolução CMN 4.945.

Por meio desse aparato normativo, é ratificada a importância da avaliação e gestão de riscos ambientais e sociais nas atividades financeiras e incentivam a adoção de práticas mais sustentáveis. Em síntese, percebe-se que as confederações possuem uma atuação condizente com o modelo normativo atual. No entanto, ainda há uma necessidade de normas mais específicas e claras para orientar as ações de sustentabilidade no cooperativismo de crédito no Brasil.

Dentro desse cenário, percebe-se que o mercado financeiro é um dos principais agentes, se não o principal, nas finanças sustentáveis. As instituições financeiras têm, especificamente, o papel social de ampliar seu objetivo, ao continuar fomentando a criação de novos produtos e serviços, ampliando e investindo em práticas de sustentabilidade, tentando encontrar soluções inteligentes para as questões socioambientais (COMINI *et al.*, 2011). Em função disso, é necessário que as instituições financeiras executem ações concretas que façam das finanças sustentáveis uma realidade, incorporando-as aos negócios, criando linhas específicas de crédito como investimentos que gerem valor econômico, social e ambiental (COMINI *et al.*, 2011), desenvolvendo, assim, o *sustainable banking*.

Inácio e Delai (2022), descrevem finanças sustentáveis como a inclusão de questões ambientais, sociais e de governança (ESG) de curto, médio e longo prazo nos produtos, serviços e práticas de financiamento de projetos de qualquer organização financeira. Já, a *sustainable banking* são bancos (ou instituições financeiras) que ofertam produtos e serviços financeiros que, além de gerar lucro, atendem às necessidades das pessoas e protegem o meio ambiente.

Logo, a consecução do desenvolvimento sustentável passa pelo setor bancário, pois, segundo Alexander (2014), esse setor exerce o papel único de intermediação, essencial para a mobilização de recursos financeiros em direção a objetivos sustentáveis. Em outra via de pensamento que corrobora a perspectiva do autor supracitado, Monasterolo, Roventini e Foxon (2019) afirmam que a crescente conscientização de que políticas climáticas tardias terão um custo, principalmente para os atores socioeconômicos e financeiros que estão mais expostos a setores intensivos em carbono como o processo fabril, por exemplo. O que demonstra a importância do setor financeiro em auxiliar tais políticas.

Paralelamente ao desenvolvimento das finanças sustentáveis e do *sustainable banking* como um novo paradigma para atuação do setor bancário, a academia também voltou sua atenção para entendimento das características desse fenômeno. Com base nos estudos de Aracil, Nájera-Sánchez, Forcadell (2021), é ratificado o interesse acadêmico pela temática em questão, demonstrando a necessidade de se abordar *sustainable banking* para além do *business case* para a sustentabilidade.

## 2.2 Cooperativismo de crédito no Brasil

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é regulado por leis complementares e constituído por órgãos normativos, supervisores e executores, que agem para o equilíbrio no desenvolvimento do país. Segundo Assaf Neto (2003, p. 74), por meio desse sistema “é feita a troca entre os agentes deficitários e os agentes superavitários, fornecendo condições de financiar o crescimento da economia”.

Dentre os atores que compõem o SFN, nota-se a presença das cooperativas de crédito. O cooperativismo possui suas raízes nos indícios pré-históricos que permeiam os primórdios da civilização humana, na vivência de tribos indígenas e na civilização antiga dos povos babilônicos (BIALOSKORSKI NETO, 2006). Em textos que versam sobre a origem do cooperativismo, há relatos sobre a experiência lendária dos Pioneiros de *Rochdale*, que destacavam o cooperativismo como um movimento alternativo e de oposição ao capitalismo (VICENTINO, 2001).

O cooperativismo de crédito no Brasil surgiu no final do século XIX, com a finalidade de promover a inclusão financeira e ampliar as possibilidades de crédito para pessoas de baixa renda. Com o passar dos anos, ele se consolidou como uma importante alternativa ao sistema financeiro tradicional, representando uma das principais fontes de financiamento para o desenvolvimento econômico do país (SCHNEIDER, 2010). No âmbito social, cooperativismo é visto como forma de inclusão, em que grupos de pequenos se tornam grandes quando formam uma cooperativa e a cooperativa concorre no mercado com as grandes corporações. Portanto, é necessário se adaptar ao novo e criar alternativas e soluções para novas frentes de mercados e ideias que surgem a todo momento, uma vez que ele é uma forma alternativa de financiamento, baseado no princípio da solidariedade e do trabalho em grupo, em que o cooperativismo tem por objetivos a busca da eficiência social e da eficiência econômica (SCHNEIDER, 2010).

A cooperação reflete uma transformação da psicologia individual de modo a incluir no ser o sentimento de solidariedade, altruísmo, justiça, entre outros (HIPPEL; KROGH, 2003). Segundo a Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito (CNCC, 2022), as cooperativas de crédito podem contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, investindo em projetos e empresas que tenham um impacto positivo na sociedade e no meio ambiente. Dessa forma, o cooperativismo é visto como um multiplicador dessas práticas sustentáveis, uma vez que seus benefícios vão além da relação credor e cliente e podem ser estendidos em benfeitorias para a sociedade local em si, como geração de renda, empregos, entre outros (OLIVEIRA; BRESSAN; BRESSAN, 2014, BITTENCOURT; BRESSAN, 2018).

A Tabela 1 apresenta a variação da quantidade de municípios atendidos por bancos e cooperativas, ao longo do período de dezembro de 2017 a dezembro de 2021.

Tabela 1 – Variação da quantidade de municípios atendidos por bancos ou cooperativas

Identificação	Quantidade Inicial	Dez. 2017	Dez. 2018	Dez. 2019	Dez. 2020	Dez. 2021	Total
Cooperativas de crédito singulares	2.496	49	84	88	68	122	2.907
Bancos comerciais, bancos múltiplos e CEF	5.623	-55	-12	-20	-38	-92	5.406

Fonte: Adaptado de BACEN, 2022a; BACEN, 2022b.

Ao analisar a Tabela 1, observa-se que, em 2022, 2.907 municípios brasileiros contavam com pelo menos uma unidade singular de uma cooperativa de crédito, número ainda abaixo dos bancos comerciais. Em contrapartida, os municípios onde a cooperativa de crédito é a única alternativa presencial para obtenção de serviços financeiros aumentou, passando de 234 em dezembro de 2020 para 274 em dezembro de 2021 (BACEN, 2022a). Nota-se, ainda, uma tendência no crescimento da presença do crédito cooperativo de crédito em contraste com a redução da presença de grandes bancos nos municípios brasileiros, ilustrando uma gradativa expansão das cooperativas de crédito em âmbito nacional.

Conforme exposto por Martins *et al.* (2017), as cooperativas de crédito estão classificadas em três níveis: (a) singulares, compreendendo as que ofertam serviços diretamente aos seus cooperados; (b) centrais que são compostas por um grupo de singulares e têm a função de supervisionar e prestar serviços a elas, integrando-as e facilitando suas atividades; e (c) confederações, que são formadas pelas centrais e prestam serviços a elas e às singulares, fornecendo a padronização do sistema, marca, entre outros.

Após terem sido apresentados alguns dos principais aspectos teóricos concernentes à temática deste estudo, na próxima seção, é descrita a metodologia que embasou sua realização.

### 3 METODOLOGIA

Nesta seção, foram caracterizados o objeto de estudo, os procedimentos metodológicos, a coleta de dados e a análise de dados.

### 3.1 Caracterização do objeto de estudo

Primeiramente, para se obter maior familiaridade com os objetos de estudo, é necessário identificá-los. Conforme exposto anteriormente, as cooperativas de crédito aplicam seus recursos e movimentam a economia na sociedade em que estão inseridas. No Brasil, os sistemas cooperativos de crédito são: Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), o Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e a Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred (UNICRED) (BACEN, 2022a). A escolha pelas confederações, como objeto de estudo, foi motivada em função do papel desempenhado por cada uma delas como direcionadoras da atuação das centrais e das singulares. Logo, é importante evidenciar aqui o sumário executivo descrito por meio do Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (PSNCC), publicado em 17 de novembro de 2022, em que são apresentadas informações paradigmáticas para o presente estudo.

Os ativos totais do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) atingiram o valor de R\$ 459 bilhões em dezembro de 2021, obtendo uma taxa de crescimento de 23,5%, superiora ao do SFN, 7%. Além disso, o SNCC se manteve como o segmento de maior expansão de crédito dentro do SFN. O Patrimônio Líquido (PL) das cooperativas de crédito singulares alcançou a marca de R\$ 68 bilhões. É importante destacar, ainda, que o cooperativismo de crédito se faz presente em 2.907 municípios brasileiros, o que corresponde a 52,2% do total de municípios do país, registrando um acréscimo de 122 municípios de 2020 para 2021. Outro dado relevante é o aumento de sua presença, sendo que a quantidade de municípios atendidos unicamente pelas cooperativas de crédito passou de 234 para 274. Além disso, a quantidade de cooperados atingiu a marca de 13,6 milhões. Desse total, 15% são pessoas jurídicas (BACEN, 2022a).

Ainda conforme dados do BACEN, em dezembro de 2021, os sistemas CRESOL, SICOOB, SICREDI e UNICRED possuíam, juntos, aproximadamente 96% desse total de associados (BACEN, 2022a). Por este motivo, eles são os sistemas considerados para o estudo, uma vez que reúnem a maior parcela de cooperados. Conforme dados extraídos nos *sites* das próprias instituições e do PSNCC, a Tabela 2 apresenta de forma resumida alguns indicadores dos sistemas cooperativistas de crédito estudados.

Tabela 2 – Caracterização dos sistemas de cooperativas de crédito brasileiros

Sistema	Centrais	Singulares	Agências	Colaboradores	Cooperados	Patrimônio Líquido
CRESOL	04	70	690	2.000	730.000	2.310.000.000,00
SICOOB	14	352	3.894	41.173	6.000.000	30.200.000.000,00
SICREDI	05	108	2.000	35.000	6.000.000	27.400.000.000,00
UNICRED	04	34	307	2.242	253.000	94.781.246,15

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Nota: Dados de dezembro/2021

As quatro confederações são responsáveis por determinar as metodologias de operação e atuação de seus respectivos sistemas. Além de consolidar os dados e informações pertinentes a governança corporativa e fazer a sua divulgação (*disclosure*). Dentre elas, os relatórios de interesse desta pesquisa.

### 3.2 Procedimentos metodológicos

Em relação à abordagem, a pesquisa foi caracterizada como qualitativa, por permitir maior profundidade na análise dos dados que foram coletados. Também se caracteriza como pesquisa documental, pois foi desenvolvida a partir de dados extraídos em documentos diversos disponibilizados pelas instituições, informações disponíveis nos *sites* institucionais, relatórios de sustentabilidade, relatório de socioético e correlatos, o que confere o caráter exploratório ao estudo, com enfoque sobre o contexto de finanças sustentáveis e práticas bancárias sustentáveis (*sustainable banking*). Sobre a abordagem qualitativa do estudo, Creswel (2007) destaca que a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, ou seja, o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Acerca da pesquisa documental, em certos casos, o uso de documentos pré-existentes permite que os pesquisadores tenham acesso a melhores fontes de dados para a conclusão de um projeto (MORGAN, 2022), uma vez que há uma predisposição de estabilidade dos dados, por dirimir a incidência de influências, como no caso das entrevistas. Na pesquisa documental, os dados não são afetados (MERRIAM; TISDELL, 2016).

A pesquisa tem cunho exploratório quanto aos seus objetivos, buscando proporcionar familiaridade com o campo de estudo. Na pesquisa exploratória, a principal finalidade é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação



de problemas mais precisos ou hipóteses de pesquisa futura (LAKATOS; MARCONI, 2007; COLLIS; HUSSEY, 2009; BICKMAN; ROG, 2009; GIL, 2002).

A síntese dos procedimentos metodológicos e sua relação com a problematização da investigação é esquematizada por meio da Figura 1 subsequente.

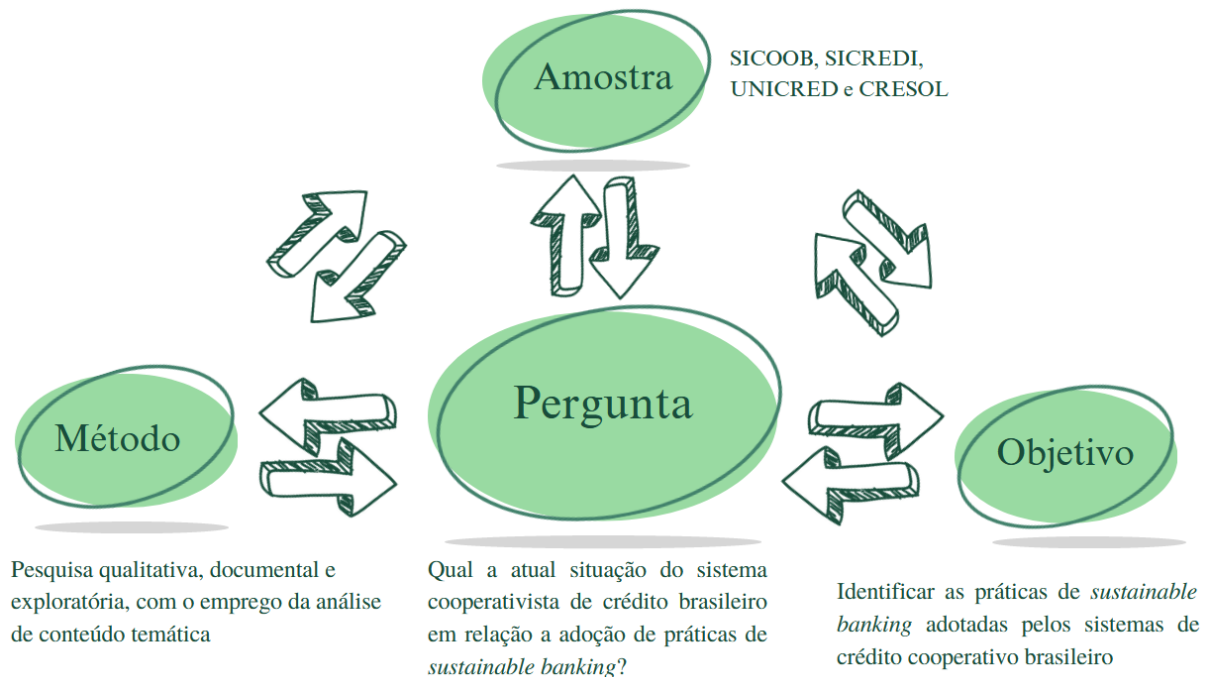


Figura 1 – Desenho da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

### 3.3 Coleta de dados

Para os procedimentos de coleta dos dados, foi feita uma pesquisa documental. Lakatos e Marconi (2007) descrevem que, embora haja semelhanças entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, a segunda está direcionada a levantamentos de documentos, sejam eles escritos ou não. Por outro lado, a pesquisa de cunho bibliográfico tem como base os conteúdos já disponíveis, públicos, a exemplo de livros, artigos de revistas, dissertações entre outros exemplares (VERGARA, 2006; GIL, 2002).

A pesquisa documental ocorreu por meio do levantamento de relatórios disponibilizados nos sítios eletrônicos das respectivas cooperativas de crédito com informações acerca de práticas sustentáveis. O Quadro 2 apresenta as principais fontes de dados utilizadas para a pesquisa.

Quadro 2 – Fontes de dados da pesquisa

Confederação	Fontes de dados
CRESOL	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Site institucional (www.cresol.com.br);</li> <li>2. Relatório de Sustentabilidade (2020);</li> <li>3. Relatório de Sustentabilidade (2021);</li> <li>4. Código de Ética e Conduta (2022); e</li> <li>5. Política Responsabilidade Socioambiental v2 (2020).</li> </ol>
SICOOB	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Site (www.sicoob.com.br);</li> <li>2. Relatório de Sustentabilidade (2021);</li> <li>3. Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável;</li> <li>4. Plano de Sustentabilidade;</li> <li>5. Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - PRSAC (2022); e</li> <li>6. Relatório de Impacto (2021).</li> </ol>
SICREDI	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Site (www.sicredi.com.br);</li> <li>2. Relatório de Sustentabilidade (2020);</li> <li>3. Relatório de Sustentabilidade (2021);</li> <li>4. Política de Sustentabilidade (2022); e</li> <li>5. Política de risco Socioambiental (2022).</li> </ol>
UNICRED	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Site (www.unicred.com.br);</li> <li>2. Relatório de Sustentabilidade (2021);</li> <li>3. Relatório de Responsabilidade Social 2021;</li> <li>4. Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC (2022);</li> <li>5. Relatório Anual (2021); e</li> <li>6. Relatório de Gestão (2018-2021).</li> </ol>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Além disso, outras fontes de informações fornecidas pelas instituições financeiras, que demonstrem a adoção (ou não) de práticas bancárias sustentáveis foram buscadas. Essa estratégia de coleta de dados está alinhada àquela utilizada em estudos semelhantes (NOGUEIRA; FARIA, 2012; BRAGA, 2014; KUMAR; PRAKASH, 2019; KUMAR; PRAKASH, 2020; INÁCIO, 2020).

### 3.4 Análise de dados

Como forma de análise dos dados obtidos, foi adaptado o *framework* proposto por Kumar e Prakash (2019) em seu artigo “*Developing a framework for assessing sustainable banking performance of the Indian banking sector*”. Kumar e Prakash (2019) analisaram o setor bancário indiano, a fim de desenvolver um *framework* capaz de avaliar o desempenho sustentável do setor. Foram levantados 40 indicadores por meio de revisão da literatura e discussão com autoridades de sustentabilidade no setor bancário indiano. Por meio do trabalho desenvolvido, os autores conseguiram identificar o estágio da sustentabilidade em que se

encontra o setor bancário indiano. Para cada indicador foi adotado uma nota, atribuída por meio de uma revisão sistemática e por meio de discussão com autoridades no assunto. Após esse *brainstorming*, foi possível agrupar as instituições em quatro categorias distintas: adoção insignificante, começando a adotar, adoção satisfatória e adoção substancial. Os resultados apontaram que a sustentabilidade no setor ainda era modesta e, em grande parte, discrepantes de uma instituição para outra. A escolha pelo método empregado por Kumar e Prakash (2019) também pode ser justificada em razão de se acreditar que as práticas bancárias sustentáveis no sistema cooperativista de crédito brasileiro estejam em processo embrionário, assim como acontece na Índia.

O Quadro 3 apresenta os indicadores propostos por Kumar e Prakash (2019) que foram analisados por sua presença ou ausência nos relatórios extraídos das confederações das cooperativas de crédito estudadas. Contudo, é necessário ratificar que o *framework* foi adaptado para a realidade brasileira, não replicado.

Quadro 3 – Indicadores de práticas bancárias sustentáveis

<b>Grupo 1: Produtos e serviços sustentáveis</b>
Financiamento sustentável
Fundo climático
Empréstimo ambiental
Microfinanças
Serviços de assistências sustentáveis
Hipoteca verde
Investimento socialmente responsável
Produto de inclusão financeira
Capital de risco para produto de poupança ambiental
Títulos verdes
<b>Grupo 2: Indicadores da dimensão da gestão ambiental</b>
Sistema de gestão ambiental certificado (ISO 14001)
Exclusão de setores específicos
Gestão de risco ambiental na política de crédito
Meta quantitativa sobre iniciativas de cuidado com o meio ambiente
Adoção de tecnologias ecologicamente corretas
<b>Grupo 3: Indicadores da dimensão do desenvolvimento social</b>
Programa de envolvimento da comunidade
Caridade e patrocínio
Alfabetização financeira e aconselhamento financeiro
Programa de treinamento e desenvolvimento de habilidades
Consultas comunitárias
Metas de investimento na comunidade
Certificação ISO 26000
Programa de saúde e saneamento
Pontos de acesso para serviços financeiros em áreas pouco povoadas ou remotas do país

Melhorar o acesso a serviços financeiros para pessoas desfavorecidas
<b>Grupo 4: Conduta socioética interna</b>
Política e procedimento de combate à corrupção
Política e procedimento de direitos humanos
Política de ética/ valores empresariais
Política de práticas trabalhistas
Equidade e diversidade de gênero
<b>Grupo 5: Código de conduta de sustentabilidade, relatórios, indexação ESG</b>
Divulgação do relatório de sustentabilidade
Divulgação do relatório de responsabilidade comercial
Política ambiental
Associação GRI ( <i>Global Reporting Initiative</i> )
Signatário dos Princípios do Equador
Aderência aos princípios do Pacto Global da ONU
Signatário do UNEP FI
Aderência à divulgação de NVGs (diretrizes específicas do país)
Indexação BSE GREENEX
Membro do Índice <i>Dow Jones</i> de Sustentabilidade

Fonte: Adaptado de Kumar e Prakash (2019).

Para análise dos dados, foi adotado o método da análise de conteúdo. Esse método, na pesquisa qualitativa, enquanto parte de organização e avaliação dos dados se destaca com algumas características. Segundo Severino (2007, p. 121) a análise de conteúdo é “uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos”.

Conforme Caregnato e Mutti (2006), na análise de conteúdo, o texto é um meio de expressão do sujeito, pelo qual o analista busca categorizar as palavras ou frases que se repetem, buscando agrupá-las em uma expressão que as representem. A análise de conteúdo por categorias, ou categorial, pode ser temática. Dessa forma, as categorias são construídas conforme os temas que emergem do texto.

A utilização de uma análise temática é justificada pelo desejo de se compreender o sentido pleno do discurso, inclusive o de assinalar os seus conteúdos latentes (OLIVEIRA *et al.*, 2003). Caregnato e Mutti (2006) afirmam que, na análise de conteúdo temática, categorizar um segmento é defini-lo em uma das classes de equivalências definidas a partir de suas significações. Minayo (2007) defende que a análise de conteúdo temática abrange as etapas de pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos, a interpretação.

Para o tratamento dos dados deste estudo, foi feita a categorização dos indicadores apresentados por cada instituição, seja por sua repetição ou por sua similaridade. A

categorização é “um processo de redução dos dados pesquisados, pois as Categorias de Análise representam o resultado de um esforço de síntese de uma comunicação, destacando-se, nesse processo, seus aspectos” (RODRIGUES, 2019, p. 30). Bardin (2009) complementa esse raciocínio ao definir categorização como uma operação de classificação dos elementos de um grupo por diferenciação e por agrupamento, com critérios definidos previamente.

Laville e Dione (1999) preveem a possibilidade de realizar a análise de conteúdo temática de três formas distintas: modelo aberto, modelo fechado e modelo misto. No modelo aberto, o pesquisador não define previamente as categorias de análise, permitindo que elas surjam a partir dos dados. É uma abordagem mais exploratória e flexível, que requer uma análise mais cuidadosa dos dados para identificar as categorias de análise relevantes. Já no modelo fechado, o pesquisador define previamente as categorias de análise com base em uma teoria ou hipótese. É uma abordagem mais estruturada e objetiva, que permite uma análise mais rápida e fácil dos dados. Segundo os autores, no modelo misto, o pesquisador recorre a uma bagagem teórica para elaborar suas hipóteses. Contudo, durante a pesquisa, ele pode considerar elementos que sejam significativos, podendo até mesmo desconsiderar alguns predeterminados durante o curso da investigação. Depois, diversas revisões críticas são feitas podendo acarretar na criação de novas categorias ou a ampliação ou a subdivisão das existentes. Este processo é necessário para que se obtenha claramente o resultado coeso.

Neste trabalho, optou-se pela utilização do modelo fechado de análise de conteúdo, sendo a grade de análise inicial o *framework* proposto por Kumar e Prakash (2019). A análise de conteúdo foi feita por meio da presença ou ausência dos indicadores deste *framework* nos relatórios disponibilizados nos sítios eletrônicos das confederações: CRESOL, SICOOB, SICREDI e UNICRED. Para avaliar a pontuação de desempenho em *sustainable banking* das confederações das cooperativas de crédito, foram atribuídos pontos a cada indicador em todos os cinco grupos, conforme preconiza o modelo dos respectivos autores.

Por meio do Apêndice deste trabalho foram evidenciadas as identificadas por meio da análise de conteúdo em cada confederação, de modo a explicitar o processo de coleta de dados. O Apêndice também apresenta os pontos atribuídos a cada categoria, exemplificando cada um dos itens listados para uma melhor compreensão dos indicadores. A cada grupo foi atribuído um máximo de 20 pontos. Portanto, a confederação que adotar plenamente as práticas de *sustainable banking* em todos os 40 indicadores atingiriam, no máximo, 100 pontos. Além disso, um peso específico foi atribuído a cada grupo dependendo da relevância da influência do desenvolvimento sustentável que o grupo tem na promoção da iniciativa de desenvolvimento sustentável. Por exemplo, o contribuinte mais importante para a sustentabilidade são os

produtos e serviços sustentáveis das instituições, em que o estudo atribuiu um peso de 40% para esse influenciador. Assim, o máximo que uma confederação poderia pontuar seria:  $20 \times 40\% = 8$  pontos. Às dimensões de gestão ambiental e desenvolvimento social, foi atribuído o peso de 20% cada. Seguindo a mesma fórmula ( $20 \times 20\% = 4$ ), o máximo de pontos que se poderia obter nas referidas categorias seriam 4. Sobre as duas últimas categorias: conduta socioética interna e código de conduta de sustentabilidade, relatórios, indexação ESG, foi atribuído o peso de 10% para cada uma. O total de 2 pontos seria a pontuação máxima em cada uma delas, conforme  $20 \times 10\% = 2$ . Assim, se houver alguma confederação que atinja os 100% ela teria os seguintes somatórios:  $8 + 4 + 4 + 2 + 2 = 20$  (KUMAR; PRAKASH, 2019).

Neste sentido, cabe aqui uma correção ao *framework* de Kumar e Prakash. Pois, no grupo 3 – indicadores da dimensão do desenvolvimento social, os autores indicam um escore de 4 pontos unitários para cada um dos 10 itens, o que totalizaria 40 pontos, e um peso de 20%, correspondente a 8 pontos no total. Deste modo, como forma de correção, neste trabalho aplicou-se o escore unitário de 2 pontos a cada um dos itens do grupo, para que o somatório dele alcance a totalidade de 20 pontos.

Além disso, os indicadores “Indexação BSE GREENEX” e “Membro do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade” foram desconsiderados por não serem coerentes com a realidade. Dessa forma, os escores atribuídos a eles foram somados aos demais índices, aumentando o escore unitário de 2 para 2,5 em cada item, de modo que a categoria ainda tenha o somatório de 20 pontos.

Para Kumar e Prakash (2019), a pontuação de desempenho em *sustainable banking* obtida por cada confederação foi agrupada em quatro categorias diferentes, representando o nível de adoção por cada uma das cooperativas em estudo. A categorização foi desenvolvida pelos autores com base em *brainstorming* e fornece informações sobre a extensão das práticas de *sustainable banking* das confederações da amostra, desde um nível insignificante de adoção sustentável até a adoção forte e substancial de práticas bancárias sustentáveis, o que, por sua vez, reflete o *status quo* das práticas de *sustainable banking* no sistema de crédito cooperativo brasileiro. O Quadro 4 demonstra as categorias de pontuação formuladas.

Quadro 4 – Nível de adoção das práticas de SB

Estágio	Escore	Nível de adoção de práticas de <i>sustainable banking</i>
Primeiro estágio	0  — 5	Adoção insignificante (significa relutância das confederações das cooperativas em adotar voluntariamente práticas de SB).
Segundo estágio	6  — 10	Começando a adotar (significa que as confederações das cooperativas passaram a adotar a gestão do ambiente interno juntamente com os programas de assistência social).

Terceiro estágio	11— 15	Adoção satisfatória (significa que as confederações das cooperativas adotam ativamente várias práticas de gestão ambiental e bem-estar social).
Quarto estágio	16 —  20	Adoção substancial (significa que as confederações das cooperativas entendem e incorporam várias dimensões da sustentabilidade no setor e desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável).

Fonte: Adaptado de Kumar e Prakash (2019).

Na próxima seção, foram apresentados os resultados e discussões pertinentes à análise desenvolvida por meio dos relatórios das confederações dos sistemas cooperativos de crédito CRESOL, SICOOB, SICREDI e UNICRED.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio das análises desenvolvidas nos sítios eletrônicos, relatórios de sustentabilidade, política de ética, entre outros instrumentos correlatos das confederações CRESOL, SICOOB, SICREDI e UNICRED, identificou-se a ausência ou a presença das práticas relacionadas aos indicadores, conforme exposto nos quadros subsequentes. Os resultados foram separados por seus respectivos grupos para uma melhor imersão e compreensão dos indicadores.

A primeira categoria é relacionada aos produtos financeiros sustentáveis, apresentados na Tabela 3. De acordo com Vasconcelos (2011), os produtos financeiros sustentáveis são uma importante ferramenta para a promoção de um sistema financeiro mais responsável e sustentável. Esses produtos financeiros têm como objetivo promover práticas sustentáveis, tanto nas atividades financeiras quanto na economia em geral. Para este grupo, Kumar e Prakash (2019) atribuíram o peso de 40% ao resultado, sendo a maior ponderação concedida pelos referidos autores.

Tabela 3 – Produtos e serviços sustentáveis

<b>Grupo 1: Produtos e serviços sustentáveis</b>	<b>CRESOL</b>	<b>SICOOB</b>	<b>SICREDI</b>	<b>UNICRED</b>
Financiamento sustentável	2	2	2	2
Fundo climático	0	0	0	0
Empréstimo ambiental	2	2	2	2
Microfinanças	2	2	2	0
Serviços de assistências sustentáveis	0	0	0	0
Hipoteca verde	0	0	0	0
Investimento socialmente responsável	2	2	2	2
Produto de inclusão financeira	2	2	2	2
Capital de risco para produto de poupança ambiental	0	0	0	0
Títulos verdes	2	2	2	2

<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>10</b>
<b>Peso 40%</b>	<b>4,8</b>	<b>4,8</b>	<b>4,8</b>	<b>4</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Conforme levantamento dos dados, no Grupo 1: Produtos e serviços sustentáveis, é possível identificar que todas as confederações possuem em seus portfólios produtos com características sustentáveis. Kumar e Prakash (2019, p. 694) propuseram a classificação dos produtos financeiros sustentáveis em “fundo climático; empréstimo ambiental; microfinanças; serviços sustentáveis de advocacia; hipoteca verde; investimento em responsabilidade social; produto de inclusão financeira; capital de risco para produto de economia ambiental; título verde”. Destaca-se, dentre eles, o financiamento sustentável, que foi identificado nos relatórios das quatro confederações, com ênfase para o financiamento de placas de energia fotovoltaica, que é uma fonte de energia renovável e limpa. Inácio e Delai (2022) já haviam relatado que dos produtos considerados sustentáveis oferecidos pelos bancos, o financiamento é o mais destacado na literatura, seguido pelo microcrédito e fundos.

Percebe-se, também, que nos quesitos fundo climático, hipoteca verde e capital de risco para produtos de poupança ambiental não foram encontradas evidências de sua oferta nos relatórios de nenhum dos sistemas. Quanto à hipoteca verde, o financiamento imobiliário, que seria o produto mais próximo no Brasil, não possui as características necessárias para ser considerado como um financiamento verde, como, por exemplo, considerar qualidades sustentáveis de um imóvel para uma diferenciação nos juros praticados. Por último, não foi localizado capital de risco para produtos de poupança ambiental ou similares.

A CRESOL apresentou um quadro síntese que alinha os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aos seus produtos e às suas práticas. Dessa forma, foi possível identificar práticas como microcrédito e outros produtos sustentáveis. Ao todo, são 33 linhas de créditos distintas que atendem aos respectivos requisitos. Em 2021, foram 1.922 contratos efetivados, totalizando uma quantia de R\$ 146 milhões – sem considerar o microcrédito. Contudo, esse valor representa apenas 0,97% do total de sua carteira de crédito, uma vez que as operações de crédito no mesmo ano somaram o montante de R\$ 15 bilhões. Tais valores podem indicar que ainda há espaço para se trabalhar os produtos financeiros sustentáveis com os associados da cooperativa. O sistema enfatizou a presença das mulheres na carteira de crédito, que cresceu 49,7% em comparação com o exercício anterior, totalizando R\$ 2,07 bilhões em 2021. Sendo assim, as mulheres representam 18% da carteira de crédito ativa.



O SICOOB apresenta diversos produtos ofertados, destacando-se o Programa Nacional de Apoio às Microempresas (PRONAMPE) e Empresas de Pequeno Porte, que foi ofertado especialmente durante e pós a pandemia Covid-19, e outros produtos de cunho social, como o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), entre outros. O sistema informou que efetivou 843 contratos de microcrédito, 81.253 de PRONAMPE, cujo somatório é de 95.278 de contratos efetivados em linhas de crédito com características sociais, totalizando mais de R\$ 7 bilhões em 2021.

O SICREDI também atuou com o PRONAMPE e destaca que mais de 28 mil empresas foram beneficiadas com o produto, sendo um total de R\$ 1.8 bilhões comercializados apenas no segundo semestre de 2021, quando o sistema começou a atuar com essa linha de crédito. Em contrapartida, não foram informados os valores referentes aos contratos de microcrédito, cuja identificação no relatório de sustentabilidade não foi possível. Contudo, a instituição possui o PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, identificado por meio do seu site eletrônico, sendo essa informação crucial para consideração no item. Já no sistema da UNICRED, não foi possível identificar práticas de microfinanças ou microcrédito, portanto foi considerado não haver a oferta do produto pela instituição.

Da mesma forma, dos produtos sustentáveis, apresentados na Tabela 4, não foi possível identificar os valores de suas respectivas comercializações, pois a respectiva informação não estava disponível claramente em todas as confederações.

Tabela 4 – Valores comercializados por produtos (2021)

<b>Linha de Crédito</b>	<b>CRESOL</b>	<b>SICOOB</b>	<b>SICREDI</b>	<b>UNICRED</b>
Baixo Carbono	-	-	6.694.551.800	-
Energia Renovável	-	-	4.531.130.800	-
Microcrédito	2.400.000.000	12.307.116	-	-
PRONAMPE	-	4.609.918.583	1.800.000.000	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Em relação a ausência de valores no sistema da UNICRED, não foi disponibilizado pela confederação um relatório com as informações condensadas. Desta forma, foi necessário verificar o site, o relatório de gestão, a política de responsabilidade social, ambiental e climática, entre outros para verificar as práticas e produtos ofertados por ela. Assim sendo, identificou-se que o sistema possui linhas de créditos voltadas para o financiamento de geradores solares, crédito saúde entre outras linhas que possuem características sustentáveis, mas não foram localizados seus respectivos valores. Contudo, mesmo não havendo a informação quantitativa,

a presença da informação foi considerada, conforme exposto na Tabela 3 anteriormente descrita. Na categoria Produtos e Serviços Sustentáveis, CRESOL, SICOOB e SICREDI são os sistemas com maior relevância, alcançando um resultado de 4,8 pontos cada.

Por meio dos valores elencados na Tabela 5, é demonstrada a próxima categoria que possui relação com a gestão interna sustentável. São instituições financeiras que adotam práticas sustentáveis em suas operações internas, a fim de minimizar o impacto ambiental e social e garantir a eficiência em seus processos, em que Kumar e Prakash (2019) atribuíram um peso de 20% aos indicadores correspondentes a categoria em questão.

Tabela 5 – Indicadores da dimensão da gestão ambiental

<b>Grupo 2: Indicadores da dimensão da gestão ambiental</b>	<b>CRESOL</b>	<b>SICOOB</b>	<b>SICREDI</b>	<b>UNICRED</b>
Sistema de gestão ambiental certificado (ISO 14001)	0	0	0	0
Exclusão de setores específicos	4	4	4	4
Gestão de risco ambiental na política de crédito	4	4	4	4
Meta quantitativa sobre iniciativas de cuidado com o meio ambiente	0	4	0	0
Adoção de tecnologias ecologicamente corretas	4	4	4	4
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>16</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
<b>Peso 20%</b>	<b>2,4</b>	<b>3,2</b>	<b>2,4</b>	<b>2,4</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

No Grupo 2: Indicadores da dimensão da gestão ambiental, nota-se um padrão de comportamento por parte dos sistemas cooperativistas de crédito. Todas as cooperativas de crédito contam com políticas e procedimentos para avaliar riscos socioambientais na etapa de análise de crédito, pois essa prática é uma exigência do Banco Central prevista nas Resoluções CMN nº 4.327/14 e CMN nº 4.606/2017, conforme exposto no relatório Panorama do ESG nas Cooperativas de Crédito (PWC, 2022). Observou-se que todos os sistemas possuem critérios para exclusão no financiamento de alguns setores da economia, alinhados com as diretrizes de PLD/FT - Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo.

A principal divergência encontrada neste grupo é referente à meta quantitativa sobre iniciativas de cuidado com o meio ambiente. Embora o SICOOB não tenha exatamente quantificado uma meta, ele é o único que apresenta um documento intitulado “Plano de Sustentabilidade SICOOB”, por meio do qual é apresentado o plano temático de sustentabilidade do sistema. O documento reúne 7 compromissos que se desdobram em 24

objetivos, 30 iniciativas, 93 ações e 23 indicadores que permearão a estratégia do SICOOB até o ano de 2030.

Em síntese, o sistema apresenta uma meta a ser atingida até uma determinada data, fazendo com que seja considerada sua pontuação no quesito, enquanto as demais confederações não apresentaram um documento ou informação similar. Além disso, todas as instituições financeiras possuem serviços tecnológicos que auxiliam desde a redução de utilização de papel até a utilização de fontes alternativas de energia em suas próprias sedes. Desse modo, todas foram consideradas como ecologicamente corretas.

A terceira categoria está relacionada aos investimentos socioambientais (Tabela 6). Carvalho (2011) destaca que os investimentos socioambientais são uma forma efetiva de promover a sustentabilidade financeira e a responsabilidade social das instituições financeiras. Também está relacionada à responsabilidade social e ambiental, que é fundamental para garantir a sustentabilidade do sistema financeiro e o bem-estar da sociedade. As instituições financeiras buscam garantir a responsabilidade e o respeito aos aspectos sociais e ambientais em suas atividades financeiras, incorporando critérios socioambientais em suas políticas de investimentos, promovendo práticas sustentáveis e contribuindo para o desenvolvimento equilibrado da sociedade. Aos indicadores desta categoria, Kumar e Prakash (2019) atribuíram um peso de 20%.

Tabela 6 – Indicadores da dimensão do desenvolvimento social

<b>Grupo 3: Indicadores da dimensão do desenvolvimento social</b>	<b>CRESOL</b>	<b>SICOOB</b>	<b>SICREDI</b>	<b>UNICRED</b>
Programa de envolvimento da comunidade	2	2	2	2
Caridade e patrocínio	2	2	2	2
Alfabetização financeira e aconselhamento financeiro	2	2	2	2
Programa de treinamento e desenvolvimento de habilidades	2	2	2	2
Consultas comunitárias	2	2	2	2
Metas de investimento na comunidade	0	0	0	0
Certificação ISO 26000	0	0	0	0
Programa de saúde e saneamento	2	2	2	2
Pontos de acesso para serviços financeiros em áreas pouco povoadas ou remotas do país	0	2	2	0
Melhorar o acesso a serviços financeiros para pessoas desfavorecidas	2	2	2	2
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>14</b>
<b>Peso 20%</b>	<b>2,8</b>	<b>3,2</b>	<b>3,2</b>	<b>2,8</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Por meio desta categoria, é possível identificar a relevância e influência das cooperativas no âmbito social dos locais onde estão inseridas. Conforme já relatado, as cooperativas de crédito têm um relacionamento mais estreito com suas comunidades. Todas as confederações apresentaram ações voltadas para caridade e patrocínio nas comunidades. Outro ponto forte a se destacar é o quanto o cooperativismo de crédito exerce a função de educador financeiro nestes locais.

Nos quatro sistemas, foi possível identificar o envolvimento na alfabetização financeira e a relevância que é dada para esta inclusão. A alfabetização também é um serviço de inclusão financeira, o que ratifica a pontuação dada ao quesito no Grupo 1. Segundo Carvalho (2011, p. 48) “a busca pelo desenvolvimento educacional dos cooperados, além de favorecer os aspectos sociais, permite a continuidade das operações desenvolvidas e a perpetuação organizacional”.

As cooperativas de crédito realizam a divulgação dos seus resultados por meio das assembleias gerais (ordinária e extraordinária). Por meio delas, é levado ao conhecimento de seus associados processos decisórios para uma sucessiva aprovação ou não por parte deles. Diante disso, ao quesito consultas comunitárias, foram atribuídos pontos para todas as confederações, por ser uma metodologia do cooperativismo de crédito de engajar suas partes interessadas, conforme descrito no GRI G4-26.

Sobre a rede de atendimento, que é enfatizada pelos indicadores deste grupo, segundo o relatório da SICREDI, o sistema está passando por um processo de expansão de sua rede de atendimento. Só no ano de 2021, foram inauguradas 210 agências em todo o país. De acordo com Carvalho (2011, p. 37), a “essência do cooperativismo possibilita em sua forma a resolução do conflito de distribuição de renda, por meio da distribuição dos benefícios, segundo a relação do cooperado com a cooperativa e não simplesmente em função do capital investido”. Tal natureza difere do modelo tradicional de empresas, em que os lucros são distribuídos apenas entre os acionistas e de acordo com o capital investido. Ao adentrar em locais remotos, o cooperativismo tem a capacidade de auxiliar na distribuição de renda e na economia dessas comunidades (OLIVEIRA; BRESSAN; BRESSAN, 2014, BITTENCOURT; BRESSAN, 2018, PWC, 2022).

Outro fator que corrobora a questão é apresentado no relatório PSNCC, em que é possível identificar a gradativa presença do crédito cooperativo nas mais diversas regiões do país. A Tabela 7 apresenta os respectivos percentuais de municípios com unidades de cooperativa de crédito por região.

Tabela 7 – Percentual de municípios com unidades de cooperativas de crédito por região

Região	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Sul</b>	90,9%	91,9%	93,1%	94,1%	95,0%
<b>Centro-Oeste</b>	53,1%	55,9%	59,3%	63,8%	69,8%
<b>Sudeste</b>	55,8%	58,3%	60,9%	61,8%	65,3%
<b>Norte</b>	23,3%	24,0%	25,6%	27,6%	30,2%
<b>Nordeste</b>	10,0%	10,8%	11,2%	11,8%	12,5%
<b>Total no país</b>	45,7%	47,2%	48,8%	50,0%	52,2%

Fonte: BACEN, 2022.

Conforme exposto, o crédito cooperativo está presente em mais da metade dos municípios brasileiros, com maior representatividade destacada para a região Sul, que conta com cerca de 95% de cidades atendidas por pelo menos uma cooperativa de crédito. Fato interessante, uma vez que a primeira cooperativa de crédito no Brasil surgiu no estado do Rio Grande do Sul em 1902 (LEITE; SENRA, 2005). Outro fator relevante é que, em contrapartida, houve uma redução da presença dos bancos no mesmo período observado (BACEN, 2022c).

A próxima categoria é relacionada à conduta socioética interna (Tabela 8). Assim sendo, as instituições financeiras buscam garantir a integridade ética em suas atividades financeiras, respeitando os valores e princípios éticos que regem a sociedade. Kumar e Prakash (2019) atribuíram o peso de 10% aos respectivos itens.

Tabela 8 - Conduta socioética interna

Grupo 4: Conduta socioética interna	CRESOL	SICOOB	SICREDI	UNICRED
Política e procedimento de combate à corrupção	4	4	4	4
Política e procedimento de direitos humanos	4	4	4	4
Política de ética/ valores empresariais	4	4	4	4
Política de práticas trabalhistas	4	4	4	4
Equidade e diversidade de gênero	4	4	4	4
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>
<b>Peso 10%</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Todas as quatro confederações apresentaram os requisitos classificados no Grupo 4: Conduta socioética interna, o que demonstra uma homogeneidade dos valores cooperativistas. Para mitigar riscos de moral, as práticas de *sustainable banking* fazem com que

os bancos tenham maior grau de transparência (OLMO; SAIZ; AZOFRA, 2021). Este é o único grupo no qual todas as confederações pontuaram em todos os quesitos.

Em relação à política de combate à corrupção, o BACEN, possui diretrizes e normativos que devem ser seguidos por todas as instituições financeiras de modo a evitar tais práticas, como a Lei 9.613, de 1998 (BRASIL, 1998). Por isso, é comum todos os sistemas estarem alinhados com os referidos compromissos. É notória, também, a relevância dada aos direitos humanos, uma vez que todos os sistemas apresentaram políticas, pactos e informações relacionadas à pauta. Quanto à equidade de gênero, pauta cada vez mais discutida por questões de representatividade, sistemas como o SICOOB e SICREDI apresentaram os percentuais de participação feminina nos diversos níveis organizacionais, com ênfase desse aumento percebido ao longo dos últimos anos. Por meio da análise, também foi possível encontrar a pauta LGBTQIA+<sup>3</sup> nas confederações.

Contudo, justamente por identificar uma homogeneidade nos resultados encontrados, é necessário verificar se as pautas socioéticas são cumpridas inteiramente pelas instituições pesquisadas ou se são divulgadas em decorrência de suas exigibilidades. Neste segundo caso, não haveria um acompanhamento ou cumprimento de tais práticas pelas instituições. No caso das práticas de *Sustainable banking*, elas não só são divulgadas, como auxiliam a um maior grau de transparência e elevam os padrões de moral das instituições, mitigando os problemas de risco de moral para elas (OLMO; SAIZ; AZOFRA, 2021).

Por fim, a última categoria é referente à transparência e comunicação, que, para Souza (2022), são importantes para garantir a confiança e a responsabilidade das instituições financeiras em relação ao *sustainable banking*. Aos itens desta categoria, Kumar e Prakash (2019) aplicaram o peso de 10% (Tabela 9).

Tabela 9 - Código de conduta de sustentabilidade, relatórios, indexação ESG

<b>Grupo 5: Código de conduta de sustentabilidade, relatórios, indexação ESG</b>	<b>CRESOL</b>	<b>SICOOB</b>	<b>SICREDI</b>	<b>UNICRED</b>
Divulgação do relatório de sustentabilidade	2,5	2,5	2,5	2,5
Divulgação do relatório de responsabilidade comercial	2,5	2,5	2,5	2,5
Política ambiental	2,5	2,5	2,5	2,5

<sup>3</sup> Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queers*, intersex, agêneros, assexuados e mais. A expressão em inglês *queer* pode ser compreendida em português como excêntrico e insólito para designar pessoas que não seguem o modelo de heterossexualidade ou do binarismo de gênero (BORTOLETTO, 2019).

Associação GRI ( <i>Global Reporting Initiative</i> )	0	2,5	2,5	0
Signatário dos Princípios do Equador	0	0	0	0
Aderência aos princípios do Pacto Global da ONU	0	2,5	0	0
Signatário do UNEP FI	0	0	0	0
Aderência à divulgação de NVG's (diretrizes específicas do país)	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>7,5</b>	<b>12,5</b>	<b>10</b>	<b>7,5</b>
<b>Peso 10%</b>	<b>0,75</b>	<b>1,25</b>	<b>1</b>	<b>0,75</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Aqui é observada uma maior relevância direta da divulgação dos índices ESG. Neste grupo, o maior destaque fica, novamente, para o SICOOB e para o SICREDI que são filiados à GRI. O SICOOB possui uma posição que se destaca, pois, seu relatório é considerado pioneiro nesta associação. Dentre os relatórios, o mais extenso é o da CRESOL, com 168 páginas. Nele, a palavra sustentabilidade é encontrada 59 vezes, enquanto sustentável é descrita 40 vezes e sustentáveis 28. Conforme já exposto, a CRESOL faz um mapeamento dos ODS, alinhando todos com suas práticas e indicando a página em que se encontra aquela informação. Essa decisão tornou a análise mais prática e ágil.

Outra relevância se dá ao Plano de Sustentabilidade SICOOB, documento que relaciona ações a serem tomadas, alinhando suas estratégias aos ODS e a Agenda 2030. A instituição é a única, dentre as pesquisadas, que aderiu formalmente aos princípios do Pacto Global da ONU. Essa aderência foi feita no mês de janeiro de 2023, portanto, considerada na análise destes dados.

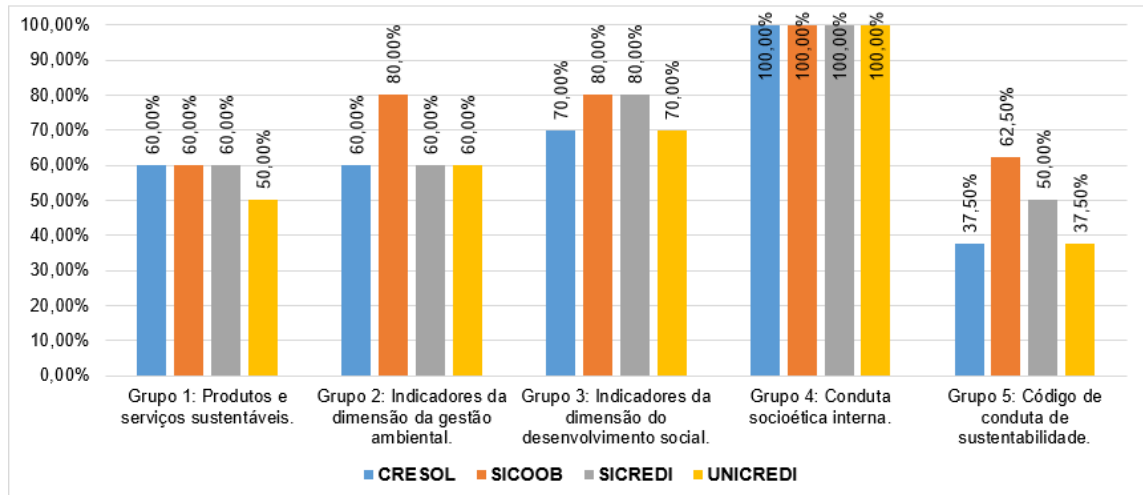
Conforme informado na seção anterior, os indicadores “Indexação BSE GREENEX” e “Membro do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade” foram desconsiderados neste estudo, por não se enquadrarem no contexto das cooperativas de crédito brasileiras.

Retomando as pontuações demonstradas nas tabelas anteriores, é pertinente afirmar que os quatro sistemas se enquadraram no Terceiro Estágio – Adoção satisfatória, que preconiza que os sistemas adotam ativamente várias práticas de gestão ambiental e bem-estar social (KUMAR; PRAKASH, 2019).

O SICOOB apresentou um resultado de 14,45 pontos. Em seguida, a SICREDI apresentou um resultado de 13,4 pontos. Na sequência a CRESOL atingiu um resultado de 12,75 pontos. Enquanto a UNICRED atingiu um total de 11,95 pontos.

Ainda, para dar uma dimensão espacial dos resultados obtidos, a partir da pontuação alcançada em cada grupo por cada confederação analisada, foi proposto o Gráfico 1 que sintetiza em percentuais todos os cálculos apurados e demonstrados nas tabelas anteriores.

Gráfico 1 – Comparativo dos resultados apresentados por cada sistema analisado



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Pautado nos dados demonstrados no Gráfico 1 supracitado, em que foram calculados os percentuais de cada confederação em relação à pontuação máxima em cada grupo, observa-se a prevalência unânime da nota máxima obtida por todos os sistemas em relação ao grupo 4: Conduta socioética interna, que se sobressaiu dentre os demais. Ratificando o cumprimento das exigências do BACEN citadas anteriormente. Ao passo que no grupo 5: Código de Conduta de Sustentabilidade, há uma média de 46,88% de cumprimento, o que indica ser este o grupo em que há uma maior defasagem dos índices dentre os grupos analisados. Outro destaque fica para o grupo 1: Produtos e serviços sustentáveis, onde se identifica uma média de 57,5% de presença das práticas de *sustainable banking*, algo que poderia ser aprimorado tendo em vista o peso destes indicadores no *framework*. Deste modo, os resultados indicam que há serviços e produtos financeiros sustentáveis que não estão presentes nos portfólios dos sistemas cooperativos de crédito e que ainda podem ser implantados, explorados e comercializados por eles.

Por fim, um ponto importante a ser destacado neste estudo é que a eventual ausência da pontuação de algum indicador nas confederações implica ao fato dele não ter sido localizado nos documentos pesquisados e não, necessariamente, na inexistência da prática pela confederação.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou identificar práticas bancárias sustentáveis adotadas pelos quatro maiores sistemas cooperativistas de crédito brasileiro por meio de uma pesquisa documental em informações e relatórios disponibilizados pelas instituições. Percebeu-se que o cooperativismo de crédito vem incorporando práticas de sustentabilidade em suas atividades, contribuindo para um modelo financeiro mais responsável e harmônico com o meio ambiente. Por meio da análise de conteúdo, foi possível identificar diversas práticas bancárias sustentáveis apoiadas e ofertadas pelas confederações pesquisadas.

As práticas de *sustainable banking* são importantes, porque promovem a sustentabilidade financeira, social e ambiental das cooperativas e sua capacidade de atender às necessidades de seus membros e das comunidades em geral. Além disso, a implementação de práticas sustentáveis contribui para a construção de um sistema financeiro mais responsável e ético, ajudando a garantir a confiança dos cooperados. Por fim, tais práticas podem impulsionar a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico local, fortalecendo o papel do cooperativismo de crédito no cenário financeiro brasileiro.

O setor cooperativista de crédito possui práticas sustentáveis intrínsecas já em sua forma de fazer negócio e no relacionamento com sociedade que representa o seu campo de atuação. Contudo, é necessário um melhor aproveitamento das práticas implementadas, uma vez que este estudo apontou haver uma grande oportunidade de crescimento em produtos e serviços, o que podem reforçar o setor como referência em práticas bancárias sustentáveis e, por conseguinte, compreendê-lo como um segmento que adota o *sustainable banking*.

O estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. Uma delas diz respeito a falta de disponibilidade de dados detalhados sobre as práticas de *sustainable banking* adotadas pelas instituições de cooperativismo de crédito analisadas. É necessário ter em mente que as conclusões deste estudo são aplicáveis apenas ao contexto do cooperativismo de crédito brasileiro e não podem ser diretamente generalizadas para outros contextos.

No entanto, o estudo contribui de forma significativa para o campo. Ao refinar, adaptar e corrigir o referido *framework* e ao fornecer uma base para futuras pesquisas e discussões acadêmicas, possibilitando a expansão do conhecimento existente e preenchendo lacunas de pesquisa na área de *sustainable banking* e cooperativismo de crédito brasileiro. Além disso, as contribuições práticas do estudo são relevantes para o setor cooperativista de crédito, oferecendo *insights* importantes sobre os impactos e implicações das práticas de *sustainable banking* e, conseqüentemente, contribuindo para a melhoria dessas práticas.

Como contribuição no âmbito acadêmico, este artigo corrobora com a literatura existente sobre os temas sustentabilidade e cooperativas de crédito e se diferencia por agregar valor à escassa literatura que relaciona *sustainable banking* ao cooperativismo de crédito brasileiro.

Para os futuros pesquisadores do tema, sugere-se identificar a visão dos cooperados em relação às práticas sustentáveis adotadas por suas cooperativas, com o intuito de identificar suas percepções, expectativas e demandas. Sugere-se, também, a adoção de uma metodologia de entrevistas com os profissionais destas confederações e estudos de casos em cada um dos sistemas, de modo a identificar, em profundidade, a existência das práticas de *sustainable banking*. Por meio dessa sistematização, seria possível ratificar as informações e enriquecer o entendimento dessa realidade.

## REFERÊNCIAS

- ABGI. *Green bonds: o que são os títulos verdes e como utilizá-los para alavancar a inovação*. **ABGI Brasil**. 2022. Disponível em: < <http://brasil.abgi-group.com/radar-inovacao/green-bonds-o-que-sao-os-titulos-verdes-e-como-utiliza-los-para-alavancar-a-inovacao/>>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- ALEXANDER, K. *Stability and sustainability in banking reform: are environmental risks missing in basel III? CISI & UNEPFI, Cambridge & Geneva*, 2014.
- ALMEIDA, F. **O bom negócio na sustentabilidade**. Rio de Janeiro. Nova fronteira, 2002.
- ARACIL, E.; NÁJERA-SÁNCHEZ, J. J.; FORCADELL, F. J. *Sustainable banking: A literature review and integrative framework*. **Finance Research Letters**, v. 42, n. 1, jan., 2021. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/348449476\\_Sustainable\\_banking\\_A\\_literature\\_review\\_and\\_integrative\\_framework](https://www.researchgate.net/publication/348449476_Sustainable_banking_A_literature_review_and_integrative_framework)>. Acesso em: 3 maio 2022.
- ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Panorama do sistema nacional de crédito cooperativo - PSNCC**. Brasília: BACEN, 2022a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/Panorama%20do%20Sistema%20Nacional%20de%20Cr%C3%A9dito%20Cooperativo%20V2.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução do sistema financeiro nacional**. Brasília: BACEN, 2022b. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtm%2FDeorf%2Fr199812%2Ftexto.asp>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Bancos com maiores redes de agências**. Brasília: BACEN, 2022c. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/evolucaosfnmes/202206%20-%20Quadro%2008%20-%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20com%20maiores%20redes%20de%20ag%C3%Aancia.s.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BIALOSKORSKI NETO, N. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BICKMAN, L.; ROG, D. J. *Applied research design: a practical approach*. In: BICKMAN, L.; ROG, D. J. (Eds.). *The SAGE handbook of applied social research methods*. California: SAGE Publications Inc., 2009.

BITTENCOURT, W. R.; BRESSAN, V. F. G. Eficiência em cooperativas de crédito – 2009 a 2014. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, 2018, p. 252–276.

BNDES. Fundo Clima. Apoio a projetos relacionados à redução de emissões de gases do efeito estufa e à Adaptação às mudanças do clima. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**, Brasília. 2022. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

BORTOLETTO, G. E. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. 2019. Especialização (Gestão de Produção Cultural) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRAGA, C. O. da S. **Protocolo verde**: as instituições financeiras e a promoção da Sustentabilidade ambiental no Brasil. 164 f. Dissertação. Mestrado em Gestão Estratégica) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11722/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Cl%c3%a1udia%20Oliveira%20Braga.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 4.327**, de 25 de abril de 2014. Dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, 2014. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res\\_4327\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res_4327_v1_O.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.613**, de 3 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 mar. 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9613.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613.htm). Acesso em: 12 mar. 2023.

BRITO, R.; GONZALEZ, L. E. Finanças sustentáveis. **GV-executivo**, v. 6, n. 6, 2007, p. 41-45. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/275210177\\_Financas\\_sustentaveis](https://www.researchgate.net/publication/275210177_Financas_sustentaveis)>. Acesso em: 1 maio 2022.

BUTA, B. O. Inovar com propósito: a estratégia para cooperativas financeiras lidarem com o ambiente dinâmico. **Jornal Estadão**, abr., 2021 [versão online]. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/inovar-com-proposito-a-estrategia-para-cooperativas-financeiras-lidarem-com-o-ambiente-dinamico/>>. Acesso em: 1 maio 2022.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm.**, v. 4, n. 15, 2006, p. 679-684. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFCtbZDZHgNP/>>. Acesso em: 3 maio 2022.

CARVALHO, A. D. **O Cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica global**. São Paulo: Baraúna, 2011.

CASTRO, F. B. Hipotecas Verdes: Por um futuro mais sustentável. **Jornal Eco Sapo**. 2021. Disponível em: <<https://eco.sapo.pt/opiniao/hipotecas-verdes-por-um-futuro-mais-sustentavel/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CHIBBA, M. *Financial inclusion, poverty reduction and the millennium development goals*, **The European Journal of Development Research**, Vol. 21 No. 2, pp. 213-230. 2009

CNCC - Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito. **Finanças sustentáveis no cooperativismo de crédito**. 2022. Disponível em: <<https://www.cncc.coop.br/financas-sustentaveis-no-cooperativismo-de-credito/>>. Acesso em 9 fev. 2022.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. *Understanding research: a practical guide for undergraduate and postgraduate students*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.

COMINI, G. *et al.* O debate de finanças sustentáveis no Brasil. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANAPD, 2011. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/down\\_zips/58/ESO1977.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/58/ESO1977.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2022

COMISSÃO EUROPEIA. **Finanças sustentáveis**. 2018. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/banking-and-finance/sustainable.finance\\_pt](https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/banking-and-finance/sustainable.finance_pt)>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DELAI, I.; TAKAHASHI, S. *Sustainability management evolution: literature review and consolidative model*. **Revista de Administração da UFSM**, v. 9, p. 115–131, 2016.

EXAME. Financiamentos sustentáveis: o que é e como acessar. Matéria escrita por João Paulo Minetto, **Revista Exame**. São Paulo. 2022. Disponível em: <<https://exame.com/esg/financiamentos-sustentaveis-o-que-e-e-como-acessar/>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

FERREIRA, G. L. *et al.* Créditos ambientais: perspectiva eficiente para um capitalismo sustentável. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas**, v. 1, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://fadipa.educacao.ws/ojs-2.3.3-3/index.php/cjuridicas/article/viewFile/85/pdf>>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002

GLOBAL REPORTING INITIATIVE, GRI. **The global leader for impact reporting**, 1997. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/>> Acesso em: 03 mar. 2023.

HIPPEL, E; KROGH, G. *Open source software and the “private-collective” innovation model: Issues for organization science*. **Organization science**, v. 14, n. 2, 2003, p. 209-223.

INÁCIO, L. S. **Uma proposta de modelo de maturidade em gestão da sustentabilidade para o setor bancário**. 2020. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12935>>. Acesso em: 14 de junho de 2022.

INÁCIO, L. S.; DELAI, I. *Sustainable banking: a systematic review of concepts and measurements*. **Environment, Development and Sustainability**, v. 24, n. 1, 2022.

ISLAM, M.A. *et al.* Does the global reporting initiative influence sustainability disclosures in Asia-Pacific banks? **Australasian Journal of Environmental Management**, Vol. 23 No. 3, pp. 298-313. 2016.

JACQUES, E. R.; GONÇALVES, F. de O. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade**, v. 25, n. 2, 2016, p. 489–509.

JEUCKEN, M. **Sustainable Banking and Finance: The Financial Sector and the Future of the Planet**, Earthscan, London. 2001.

KUMAR, K; PRAKASH, A. *Developing a framework for assessing sustainable banking performance of the Indian banking sector*. **Social Responsibility Journal**, v. 15, n. 5, 2019, p. 689–709.

KUMAR, K; PRAKASH, A. *Managing sustainability in banking: extent of sustainable banking adaptations of banking sector in India*. **Environment, Development and Sustainability**, v. 22, n. 6, p. 5199–5217, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10668-019-00421-5>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

LAKATOS, E; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEFOSSE. Novas regras sobre risco social, ambiental e climático (ESG) no âmbito do BCB. São Paulo. 2022. Disponível em: <<https://lefosse.com/noticias/novas-regras-sobre-risco-social-ambiental-e-climatico-esg-no-ambito-do-bcb/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LEITE, J. R. F.; SENRA, R. B. F. **Aspectos jurídicos das cooperativas de créditos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005.

MAISRETORNO. *Social responsibility investment - SRI*. **Portal de investimentos Mais Retorno**, São Paulo. 2021. Disponível em: < <https://maisretorno.com/portal/termos/s/sri-social-responsability-investment>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MARTINS, D. M. *et al.* *The level of influence of trust, commitment, cooperation, and power in the interorganizational relationships of Brazilian credit cooperatives*. **Revista de Administração**, v. 52, n. 1, p. 47–58, 2017.

MATTAROZZI, V. **Desenvolvimento sustentável 2012-2050: visão, rumos e contradições**. São Paulo: Elsevier, 2012.

MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C. **Sustentabilidade no setor financeiro: gerando valor e novos negócios**. São Paulo: Senac, 2008.

MERRIAM, S. TISDELL, E. *Qualitative research: a guide to design and Implementation*. Jossey Bass, 4th ed., 2016.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MONASTEROLO, I., ROVENTINI, A.; FOXON, T. J. Incerteza das políticas climáticas e implicações para economia e finanças: uma abordagem econômica evolutiva. **Economia Ecológica**, v.163, set., 2019, p. 177-182. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800919302496>>. Acesso em: 1 maio 2022.

MORGAN, H. *Conducting a qualitative document analysis*. **Qualitative Report**, v. 27, n. 1, 2022, p. 64–77.

NARWAL, M. *CSR initiatives of Indian banking industry*. **Social Responsibility Journal**, Vol. 3 No. 4, pp. 49-60. 2007.

NOGUEIRA, E. P.; FARIA, A. C. de. Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma Análise sob a ótica da *global reporting initiative*. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 4, p. 119-139, out./dez., 2012. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2765>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

OLIVEIRA, D. P. R. de. **Teoria geral da administração: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2019.

OLIVEIRA, E. *et al.* Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 4, n. 9, maio/ago., 2003, p. 1-17. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Paraná. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/306204246\\_Analise\\_de\\_Conteudo\\_e\\_Pesquisa\\_na\\_area\\_de\\_educacao](https://www.researchgate.net/publication/306204246_Analise_de_Conteudo_e_Pesquisa_na_area_de_educacao)>. Acesso em: 17 jun. 2022.

OLIVEIRA, P.; BRESSAN, V.; BRESSAN, A. Existe diferença no desempenho financeiro das cooperativas centrais de crédito no Brasil? **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 2, n. 2, 2014, p. 40–54.

OLMO, B. T.; SAIZ, M. C.; AZOFRA, S. S. *Sustainable Banking, Market Power, and Efficiency: Effects on Banks' Profitability and Risk*. **Sustainability**, v. 13, n. 3, 2021, p. 1–23. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/13/3/1298/htm>>. Acesso em: 2 maio 2022.

PWC. **Panorama do ESG nas Cooperativas de Crédito**. 2022. Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2022/ESG-nas-cooperativas-de-credito.html>>. Acesso em 26 dez. 2022.

RODRIGUES, M. U. **Análise de conteúdo em pesquisas qualitativas na área da educação matemática**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

SCHNEIDER, J. O. **Educação e capacitação cooperativa: os desafios no seu desempenho**. São Leopoldo/RS: Ed. UNISINOS, 2010.

SCHOLTENS, B. *Corporate social responsibility in the international banking industry*, **Journal of Business Ethics**, Vol. 86 No. 2, pp. 159-175. 2009.

SINGER, P. O Futuro do Bancar Central. **Revista de Sociologia e Política: Dossiê Burguesia e Política**, 4–5, 213–215. 1995.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SHAH, A. WU, D. KOROTKOV, V. *Are sustainable banks efficient and productive? A data envelopment analysis and the Malmquist productivity index analysis*. **Sustainability (Switzerland)**, v. 11, n. 8, 2019.

THE PARIS AGREEMENT. **Acordo de Paris**. United Nations, 2015. Disponível em: <<https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

UNEP FINANCE INITIATIVE. **Princípios para responsabilidade bancária: documento de orientação**. Versão traduzida pela Federação Nacional dos Bancos. Brasília: FEBRABAN, 2019. Disponível em: <<https://www.unepfi.org/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/PRB-Guidance-Document-Portuguese-OFICIAL.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

VASCONCELOS, M. S. O papel das instituições financeiras na transição para uma economia verde. **Política Ambiental/Conservação Internacional**, Belo Horizonte, n. 8, p. 191-196, jun. 2011.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

VIANA, C., VACCARO, G., VENZKE, C. Sustentabilidade e os diferenciais Cooperativos: Um estudo em um Sistema Cooperativo de Crédito. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**. 2022

VICENTINO, C. **História geral do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2001.

YIP, A. BOCKEN, N. Arquétipos de modelos de negócios sustentáveis para o setor bancário. **J. Limpo**, n. 174, 2018, p.150-169.



## APÊNDICE

Síntese dos indicadores, significados e escore.

<b>Grupo 1: Produtos e serviços sustentáveis</b>	<b>Significado</b>	<b>Escore</b>	<b>Fonte</b>
Financiamento sustentável	Financiamento com impacto positivo para sociedade, meio ambiente ou economia. Fornecimento de recursos financeiros para programas sustentáveis levando em conta considerações ESG.	Sim (2); Não (0)	Inácio (2021), EXAME (2022)
Fundo climático	O Fundo Clima tem a finalidade de garantir recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que tenham como objetivo a mitigação das mudanças climáticas.	Sim (2); Não (0)	BNDES (2022)
Empréstimo ambiental	Pode ser definido como a medida de toda redução comprovada da degradação do meio ambiente.	Sim (2); Não (0)	Ferreira et al. (2014)
Microfinanças	Recurso financeiro destinado aos setores e clientes mais desfavorecidos. Programas de promoção de sistemas sustentáveis de microfinanciamento dirigidos aos setores mais desfavorecidos.	Sim (2); Não (0)	Inácio (2021)
Serviços de assistências sustentáveis	Serviços financeiros de assessoria/ aconselhamento sustentável.	Sim (2); Não (0)	Jeucken (2001); Scholtens (2009)
Hipoteca verde	Modelo de empréstimo ecológico que vincula a classificação energética da propriedade à taxa de juros, recompensando métodos de construção mais sustentáveis e incentivando uma construção mais ecológica.	Sim (2); Não (0)	Castro (2021)
Investimento socialmente responsável	O SRI é o investimento em empresas que possuem boas práticas ESG. Excluindo, por exemplo, companhias que produzem armas, vendem álcool, tabaco, entre outras.	Sim (2); Não (0)	MAISRETORNO (2021)
Produto de inclusão financeira	Ações como garantir o acesso ao dinheiro físico; promover o contato com as instituições financeiras; agregar ao dinheiro físico a utilização de serviços e produtos dos bancos; manter a qualidade e a variedade da oferta.	Sim (2); Não (0)	Chibba (2009)
Capital de risco para produto de poupança ambiental	Os fundos de capital de risco são fundos onde as oportunidades de financiamento bancário regular são limitadas para inovações de pequena escala e que ainda não estão totalmente desenvolvidas.	Sim (2); Não (0)	Jeucken (2001)
Títulos verdes	Alternativa de investimento a longo prazo que contribui para o futuro do planeta, por meio da preservação do meio ambiente e estímulo do desenvolvimento sustentável.	Sim (2); Não (0)	Inácio (2021), ABGI (2022)
<b>Grupo 2: Indicadores da dimensão da gestão ambiental</b>			
Sistema de gestão ambiental certificado (ISO 14001)	A certificação ISO 14001 indica que uma empresa implementou e mantém um SGA eficaz para melhorar sua performance ambiental e cumprir regulamentações ambientais.	Sim (4); Não (0)	ISO 14001 <sup>1</sup>
Exclusão de setores específicos	Exclusão de financiamentos à atividades ilegais ou antiéticas, atividades de jogo e cassinos, armamento e guerra, entre outras.	Sim (4); Não (0)	Scholtens (2009)
Gestão de risco ambiental na política de crédito	Analisa questões ESG na concessão de empréstimos e financiamentos	Sim (4); Não (0)	Scholtens (2009)
Meta quantitativa sobre iniciativas de cuidado com o meio ambiente	Relata a métrica específica (o denominador do índice) escolhida pela organização para calcular a taxa da intensidade de emissões de gases do efeito estufa.	Sim (4); Não (0)	GRI G4-EN18 <sup>2</sup>

Adoção de tecnologias ecologicamente corretas	Tecnologias que utilizam todos os recursos de forma mais sustentável, reciclam mais os seus resíduos e produtos e tratam os resíduos de uma forma mais aceitável do que as tecnologias que substituíram.	Sim (4); Não (0)	UNGC P9*
<b>Grupo 3: Indicadores da dimensão do desenvolvimento social</b>			
Programa de envolvimento da comunidade	Refere-se à sua atitude e comportamento em relação à sociedade onde está inserido	Sim (2); Não (0)	Scholtens (2009)
Caridade e patrocínio	Patrocínio de comunidades locais e ONGs, podendo ser associados ao envolvimento comunitário.	Sim (2); Não (0)	Scholtens (2009)
Alfabetização financeira e aconselhamento financeiro	Iniciativas para melhorar a literacia financeira por tipo de beneficiário	Sim (2); Não (0)	FS16 - UNEP-FI <sup>3</sup> ; Islam et al. (2016)
Programa de treinamento e desenvolvimento de habilidades	Treinamento e educação de colaboradores e sociedade	Sim (2); Não (0)	Scholtens (2009), Islam et al. (2016)
Consultas comunitárias	Relata a abordagem adotada pela organização para engajar <i>stakeholders</i> , inclusive a frequência do seu engajamento discriminada por tipo e grupo, com uma indicação de que algum engajamento foi especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório.	Sim (2); Não (0)	GRI G4-26 <sup>2</sup>
Metas de investimento na comunidade	Relate o valor econômico direto gerado e distribuído, com base no regime de competência de exercícios, incluindo os componentes básicos das operações globais da organização.	Sim (2); Não (0)	GRI G4-EC1 <sup>2</sup> , Islam et al. (2016)
Certificação ISO 26000	Define a Responsabilidade Social como a responsabilidade de uma organização. Abrange questões sociais, ambientais e éticas.	Sim (2); Não (0)	ISO 26000 <sup>1</sup>
Programa de saúde e saneamento	Programa voltado para questões relacionadas a soluções para problemas de saúde e saneamento básico	Sim (2); Não (0)	Narwal (2007)
Pontos de acesso para serviços financeiros em áreas pouco povoadas ou remotas do país	Possui atendimento em áreas economicamente desfavorecidas	Sim (2); Não (0)	FS13 - UNEP-FI <sup>3</sup>
Melhorar o acesso a serviços financeiros para pessoas desfavorecidas	Iniciativas tomada para melhorar o acesso a serviços financeiros para pessoas desfavorecidas	Sim (2); Não (0)	FS14 - UNEP-FI <sup>3</sup>
<b>Grupo 4: Conduta socio ética interna</b>			
Política e procedimento de combate à corrupção	Políticas preventivas de práticas de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo - PLD/FT	Sim (4); Não (0)	GRI G4-SO3 <sup>2</sup>
Política e procedimento de direitos humanos	Estabelece a expectativa abrangente do Pacto Global da ONU de negócios sobre direitos humanos, ou seja, respeitar e apoiar os direitos humanos.	Sim (4); Não (0)	P1 - UNEP-FI <sup>3</sup>

Política de ética/ valores empresariais	Políticas internas de código de conduta e ética	Sim (4); Não (0)	Scholtens (2009)
Política de práticas trabalhistas	Benefícios concedidos regularmente a empregados de tempo integral da organização discriminados por unidades operacionais importantes.	Sim (4); Não (0)	GRI G4-LA2 <sup>2</sup>
Equidade e diversidade de gênero	Representação de indivíduos que integram os órgãos de governança da organização em categorias como gênero, faixa etária, grupos minoritários, entre outros	Sim (4); Não (0)	GRI G4-LA12 <sup>2</sup>
<b>Grupo 5: Código de conduta de sustentabilidade, relatórios, indexação ESG</b>			
Divulgação do relatório de sustentabilidade	Se o relatório de sustentabilidade é divulgado com as ações tomadas pela instituição	Sim (2,5); Não (0)	Jeucken (2001), Islam et al. (2016)
Divulgação do relatório de responsabilidade comercial	Se o relatório de responsabilidade é divulgado com as ações tomadas pela instituição	Sim (2,5); Não (0)	Jeucken (2001), Islam et al. (2016)
Política ambiental	Define se a organização possui política ambiental	Sim (2,5); Não (0)	Kumar e Prakash (2019)
Associação GRI (Global Reporting Initiative)	Série de princípios para a divulgação do relatório de sustentabilidade	Sim (2,5); Não (0)	Kumar e Prakash (2019)
Signatário dos Princípios do Equador	Critérios de responsabilidade social para a concessão de investimentos a projetos voltados para o desenvolvimento social e ambiental, em que os valores sejam superiores a 10 milhões de dólares	Sim (2,5); Não (0)	Vasconcelos (2011)
Aderência aos princípios do Pacto Global da ONU	Iniciativa da ONU para engajar empresas e organizações na adoção de dez princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.	Sim (2,5); Não (0)	Islam et al. (2016)
Signatário do UNEP FI	Se há aderência à Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	Sim (2,5); Não (0)	Islam et al. (2016)
Aderência à divulgação de NVGs (diretrizes específicas do país)	Adere às "Diretrizes Voluntárias Nacionais"	Sim (2,5); Não (0)	Kumar e Prakash (2019)
Indexação BSE GREENEX	Índice específico da realidade Indiana.	-	Kumar e Prakash (2019)
Membro do Índice Dow Jones de Sustentabilidade	Índice específico da realidade Indiana	-	Kumar e Prakash (2019)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Notas: 1) **ISO 14001** – Norma internacional para sistemas de gestão ambiental (SGA) que fornece um quadro para organizações gerenciarem e melhorarem seu desempenho ambiental.

**ISO 26000** – Norma internacional que fornece diretrizes para as empresas e organizações em relação à responsabilidade social.

**2) GRI G4-EN18** – Diretriz GRI que estabelece os requisitos para relatar as emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa de uma organização.

**GRI G4-26** – Diretriz GRI que estabelece os requisitos para relatar a governança corporativa de uma organização.

**GRI G4-EC1** – Diretriz GRI que estabelece os requisitos para relatar a economia em termos de geração de valor.

**GRI G4-26** – Diretriz GRI que estabelece os requisitos para relatar a governança corporativa de uma organização.

**GRI G4-EC1** – Diretriz GRI que estabelece os requisitos para relatar a economia em termos de geração de valor.

**GRI G4-26** – Diretriz GRI que estabelece os requisitos para relatar a governança corporativa de uma organização.

**GRI G4-EC1** – Diretriz GRI que estabelece os requisitos para relatar a economia em termos de geração de valor.

**GRI G4-SO3** – Diretriz GRI que se refere à avaliação dos impactos socioeconômicos positivos e negativos significativos da organização.

**GRI G4-LA2** – Diretriz GRI que se refere à taxa de rotatividade de funcionários da organização.

**GRI G4-LA12** – Diretriz GRI que se refere à porcentagem de funcionários abrangidos por acordos de negociação coletiva.

**3) FS16 - UNEP-FI** – Princípio de Sustentabilidade Financeira da UNEP-FI que trata da integração de questões ESG nas práticas de gestão de riscos e na tomada de decisões.

**FS13 - UNEP-FI** – Princípio de Sustentabilidade Financeira da UNEP-FI que concentra na integração de questões ESG nas políticas e práticas de investimento e nos processos de tomada de decisão das instituições financeiras.

**FS14 - UNEP-FI** – Princípio de Sustentabilidade Financeira da UNEP-FI que trata da gestão de riscos ambientais e sociais no setor financeiro.

**P1 - UNEP-FI** – Princípio de Sustentabilidade Financeira da UNEP-FI que refere ao compromisso das instituições financeiras em integrar as questões ESG em suas atividades de negócios e operações.

**4) \* UNGC P9** – O princípio 9 do Pacto Global da ONU (UNGC) promove o acesso e a transferência de tecnologias sustentáveis, por meio de parcerias, e incentiva a inovação e o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente corretas.

## Indicadores da análise de conteúdo

<b>Produtos e serviços sustentáveis</b>	<b>CRESOL</b>	<b>SICOOB</b>	<b>SICREDI</b>	<b>UNICRED</b>
Financiamento sustentável	Fotovoltaica	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)	R\$ 3,3 bilhões em financiamentos concedidos para geração de energia limpa	Fotovoltaica
Empréstimo ambiental	Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia	Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)/ Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)	Agricultura de Baixo Carbono/ Agricultura feminina	Fotovoltaica
Microfinanças	Microcrédito	Microcrédito, Pronampe	Microcrédito, Pronampe	Não identificado
Investimento socialmente responsável	Empreendimentos sustentáveis/ RTRS ( <i>Round Table on Responsible Soy</i> - Mesa redonda sobre soja responsável)	Prática do crédito responsável	Agricultura de Baixo Carbono/ Agricultura feminina	Recursos investidos sob forma de crédito para desenvolvimento da região
Produto de inclusão financeira	Microcrédito	Microcrédito	Microcrédito/ Agricultura feminina	Linhas de créditos específicas
Títulos verdes	RTRS ( <i>Round Table on Responsible Soy</i> - Mesa redonda sobre soja responsável)	Portfólio mais verde, oferece grandes oportunidades de negócios vinculados ao manejo e à produção sustentável	R\$ 24,6 bilhões em produtos da economia verde	Projeto Verde Novo
<b>Indicadores da dimensão da gestão ambiental</b>	<b>CRESOL</b>	<b>SICOOB</b>	<b>SICREDI</b>	<b>UNICRED</b>
Exclusão de setores específicos	"Não conceder crédito, ou fomentar de qualquer outra forma, a pessoas físicas ou jurídicas que pratiquem atos de exploração infantil, de trabalho análogo a escravidão e/ou quaisquer outras práticas ilegais"	Empregadores envolvidos em atos de exploração de trabalhadores ou submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão; exploração de mão de obra infantil ou exploração infantil de qualquer natureza...	Acompanhamos mensal dos associados com indícios de exposição a riscos socioambientais, tais como envolvimento com trabalho escravo e embargos ambientais	Rejeitando práticas que levem ou estimulem o trabalho análogo à escravidão e à mão de obra infantil, além de incluir condições necessárias para mitigação dos riscos sociais, ambientais e climáticos.

Gestão de risco ambiental na política de crédito	Critérios socioambientais/ Empreendimentos sustentáveis/ Ações e treinamentos aos colaboradores	Princípio da Precaução, que determina a análise dos impactos capazes de afetar o meio ambiente	Política - Gerenciamento de Risco Socioambiental	Desenvolvimento de mais de dez novos modelos de risco de crédito/ Incorporação do cadastro positivo.
Meta quantitativa sobre iniciativas de cuidado com o meio ambiente	Não identificado	Plano de Sustentabilidade SICOOB	Não identificado	Não identificado
Adoção de tecnologias ecologicamente corretas	Utilizando da tecnologia para aproximar pessoas da instituição/ <i>Healthy Building Certificate</i> – Certificado de Edifício Saudável/ Ecoeficiência.	App Sicoob Minha Finanças/ App Sicoob Mapas	Autogeração de Energia Solar, deixaram de emitir 580 tCO <sub>2</sub> e	Gestão de Riscos de Terceiros
<b>Indicadores da dimensão do desenvolvimento social</b>	<b>CRESOL</b>	<b>SICOOB</b>	<b>SICREDI</b>	<b>UNICRED</b>
Programa de envolvimento da comunidade	Realização de programas até projetos pontuais, relacionados ao dia a dia da comunidade	Desenvolvimento econômico e social das pessoas e das comunidades com ética e integridade.	Impacto nas comunidades, atuando com diversos programas sociais, como o Cooperação na Ponta do Lápis	Partes interessadas e envolvimento da comunidade
Caridade e patrocínio	Dia C, Cooperar e Voluntariado/ Patrocínio esportivo com clubes e atletas de alto rendimento, entre outros	Programa de incentivo a iniciativas culturais e esportivas - Incentivo Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável/ Dia C	Dia C	Eventos acadêmicos, comemorativos, de confraternização, de integração associativa ou cooperativa, de premiação, exposições e feiras, entre outro
Alfabetização financeira e aconselhamento financeiro	Educação Financeira	Educação Financeira	Educação Financeira	Educação Financeira
Programa de treinamento e desenvolvimento de habilidades	Cursos livres - Educação a distância/ Jornada da Educação/ Cresol Educa	Se Liga Finanças/ Programa Financinhas/ Clínicas Financeiras/ <i>Global Money Week</i>	441.170 crianças e adolescentes beneficiados em programas educacionais	Escolas de Negócios
Consultas comunitárias	AGO/ AGE	AGO/ AGE	AGO/ AGE	AGO/ AGE

Programa de saúde e saneamento	Reinvestimento dos resultados na própria comunidade	Projeto Carolinas/ Eixo desenvolvimento sustentável	Serviços de saúde e educação	Geração de impactos positivos em termos econômicos, sociais, ambientais e climáticos aos cooperados e na comunidade
Pontos de acesso para serviços financeiros em áreas pouco povoadas ou remotas do país	Não identificado	Aumento da rede de atendimento	Aumento da rede de atendimento	Não identificado
Melhorar o acesso a serviços financeiros para pessoas desfavorecidas	Diversidade e inclusão/ Juventude Conectada/ Relações com o cooperado e Capital Social	App Sicoob Minha Finanças/ Aumento da rede de atendimento/ Yoou - Conta corrente digital para pessoas que não são associadas ao Sicoob, mas desejam iniciar sua experiência no cooperativismo de crédito	Financiamento de micro, pequenas e médias empresas brasileiras lideradas por mulheres	Educação Financeira
<b>Conduta socio ética interna</b>	<b>CRESOL</b>	<b>SICOOB</b>	<b>SICREDI</b>	<b>UNICRED</b>
Política e procedimento de combate à corrupção	Gestão de práticas anticompetitivas e prevenção da corrupção	Processos/sistemas da Área de PLD/FT, Prevenção e Combate à Fraude, Auditorias Internas e Externas	Plataforma de Ação contra a Corrupção	Canal de Denúncias da Unicred
Política e procedimento de direitos humanos	Diversidade e inclusão/ Empregabilidade	Programa de Integridade Sicoob	Estruturação e instrumentalização de Comitês de Inclusão e Diversidade	Difusão do respeito e da proteção aos direitos humanos
Política de ética/ valores empresariais	Primam pela ética, transparência, clareza, sigilo e agilidade das informações	Pacto de Ética/ Programa de Integridade Sicoob	Código de Conduta, que orienta a conduta moral e ética	Novo código de conduta ética
Política de práticas trabalhistas	Respeito perante legislação trabalhista e estatutária na contratação de colaboradores, estagiários e jovens aprendizes	Programa de Integridade Sicoob	Estruturação e instrumentalização de Comitês de Inclusão e Diversidade	Novo código de conduta ética
Equidade e diversidade de gênero	Diversidade e inclusão/ Empregabilidade	Programa de Integridade Sicoob	Comitê Mulher e Comitê Jovem apoiam a diversidade dos órgãos de governança	Gênero (Foco em Mulheres)/ PCDS/ LBTQIA+

<b>Código de conduta de sustentabilidade, relatórios, indexação ESG</b>	<b>CRESOL</b>	<b>SICOOB</b>	<b>SICREDI</b>	<b>UNICRED</b>
Divulgação do relatório de sustentabilidade	Relatório publicado	Relatório publicado	Relatório publicado	Relatório publicado
Divulgação do relatório de responsabilidade comercial	Relatório publicado	Relatório publicado	Relatório publicado	Relatório publicado
Política ambiental	Relatório publicado	Relatório publicado	Relatório publicado	Relatório publicado
Associação GRI (Global Reporting Initiative)	Não identificado	Relatório foi elaborado em conformidade com as normas da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI)	Relatório foi elaborado em conformidade com as normas da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI)	Não identificado
Aderência aos princípios do Pacto Global da ONU	Não identificado	Adesão ao pacto em janeiro de 2023	Não identificado	Não identificado

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



**PRODUTO 2: Relatório técnico conclusivo**

**Práticas de *sustainable banking* no SICOOB CENTRAL CREDIMINAS**

## **Práticas de *sustainable banking* no SICOOB CENTRAL CREDIMINAS**

### **RESUMO**

Este relatório trata da análise das práticas de *sustainable banking* da Central CREDIMINAS, uma instituição financeira filiada ao sistema SICOOB. O autor realizou um diagnóstico que incluiu a coleta de dados e avaliação crítica das evidências para identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria nas práticas de *sustainable banking* da instituição. Com base nessa análise, o relatório apresenta recomendações para aprimorar a atuação da instituição nessa área, promovendo a conciliação das atividades bancárias com a sustentabilidade ambiental, social e econômica. O diagnóstico é importante para identificar as causas que contribuem para o desempenho e a necessidade de rearranjo ou elaboração de novas estratégias para alcançar as metas da organização.

**Palavras-chave:** *Sustainable banking*, Central CREDIMINAS, SICOOB.

### **ABSTRACT**

This text deals with the analysis of the sustainable banking practices of Central CREDIMINAS, a financial institution affiliated with the SICOOB system. The author conducted a diagnostic that included data collection and critical evaluation of the evidence to identify strengths and opportunities for improvement in the institution's sustainable banking practices. Based on this analysis, the report presents recommendations to enhance the institution's performance in this area, promoting the reconciliation of banking activities with environmental, social, and economic sustainability. The diagnostic is important to identify the causes that contribute to performance and the need for rearrangement or development of new strategies to achieve the organization's goals.

**Keywords:** Sustainable banking, Central CREDIMINAS, SICOOB.

## **1 INTRODUÇÃO**

A elaboração deste relatório contou com a análise do cenário das práticas de *sustainable banking* da Central CREDIMINAS, instituição financeira filiada ao sistema SICOOB. Para tanto, foi feito inicialmente um diagnóstico que, conforme Schmitt (1996, p.30), “implica tanto o processo ativo quanto a conclusão alcançada pelo mesmo”. Assim, a fase inicial do processo diagnóstico incluiu a coleta de todos os dados necessários e uma avaliação crítica de cada pequena evidência obtida de todas e de cada uma das fontes úteis ao método. Esse tipo de prática analisa as ações adotadas pelas instituições financeiras que visam conciliar as atividades bancárias com a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Ao longo do processo de diagnóstico, foram coletados dados sobre as práticas de Central CREDIMINAS, que foram juntados às informações obtidas por meio de observações realizadas pelo autor. A avaliação crítica dessas evidências permitiu a identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria nas práticas de *sustainable banking* da instituição.

Dentro dessa perspectiva, o diagnóstico tem relação direta com o processo de identificação das causas que contribuem para a determinação do desempenho, permitindo ao investigador conhecer a efetividade das práticas e a necessidade de um rearranjo ou elaboração de novas estratégias para o alcance das metas preestabelecidas pela organização.

Com base na análise realizada, o relatório apresenta recomendações para a Central CREDIMINAS em relação às práticas de *sustainable banking*. Essas recomendações visam aprimorar a atuação da instituição nessa área, promovendo a conciliação das atividades financeiras com a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

## **1.1 Contextualização**

O cooperativismo de crédito é um modelo de negócio que tem como objetivo atender as necessidades financeiras das comunidades em que está inserido por meio de produtos e serviços financeiros adequados aos valores e princípios dos seus associados. Segundo Oliveira, Bressan e Bressan (2014), o cooperativismo de crédito contribui para o desenvolvimento econômico e para o bem-estar social das comunidades, uma vez que essas instituições estão comprometidas em promover o desenvolvimento das regiões em que atuam. Além disso, as cooperativas de crédito têm um papel fundamental na promoção da inclusão financeira, na redução da pobreza e na prevenção de riscos ambientais, por meio da preservação de recursos naturais e da redução de emissões de gases de efeito estufa (OLIVEIRA; BRESSAN; BRESSAN, 2014).

O relatório do Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (PSNCC) de 2022 destaca que as cooperativas de crédito têm uma longa tradição em práticas sustentáveis, uma vez que muitos dos seus princípios guardam similaridade com os fundamentos que norteiam essas instituições, como a economia solidária, a livre participação econômica e a atenção aos impactos de suas ações sobre a comunidade. No entanto, apesar desse histórico, ainda há uma boa oportunidade para que padrões de referência ambientais, sociais e de governança sejam incorporados por essas entidades, visto que ainda não existem metas específicas e formais para o setor (BACEN, 2022).

Assim, pode-se afirmar que as cooperativas de crédito são instituições financeiras que têm um papel social importante, uma vez que promovem o desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas, contribuem para a inclusão financeira e têm um compromisso com a sustentabilidade ambiental e social. No entanto, é fundamental que essas instituições continuem a se adaptar aos desafios atuais e a incorporar boas práticas de governança e sustentabilidade em suas operações, para garantir um futuro próspero e sustentável para suas comunidades.

## **1.2 Objetivos**

Tendo como princípio norteador a metodologia proposta por Kumar e Prakash (2019) que foi adaptada ao cenário cooperativo de crédito brasileiro, o presente relatório tem por objetivo principal avaliar as práticas de *sustainable banking* da Central CREDIMINAS. Isso inclui uma análise detalhada das políticas, processos e iniciativas que a organização já implementou em relação à sustentabilidade ambiental, social e governança (ESG). Além disso, o relatório propõe sugestões de melhorias para ajudar a Central CREDIMINAS a alcançar uma maior adoção das práticas de sustentabilidade bancária. Isso inclui recomendações específicas sobre como a organização pode melhorar sua governança corporativa, gerenciamento de risco ambiental e social, relatórios de sustentabilidade e engajamento com partes interessadas relevantes.

Ao final, espera-se que este relatório seja um guia útil para a Central CREDIMINAS, bem como para outras instituições financeiras interessadas em aprimorar suas práticas de *sustainable banking*. Com uma abordagem cada vez mais responsável em relação às questões ESG, as instituições financeiras podem desempenhar um papel fundamental na construção de uma economia mais justa, equilibrada e sustentável.

## **1.3 Justificativa**

A adoção de práticas de *sustainable banking* impacta positivamente na lealdade bancária e na imagem corporativa (IGBUDU; GARANTI; POPOOLA, 2018). Por esse motivo, é imprescindível a elaboração de um diagnóstico preciso, para que seja possível a apresentação de um relatório técnico conclusivo com informações claras e consolidadas.

Dentro dessa sistemática, cabe às cooperativas disponibilizar linhas de crédito para as comunidades, por meio de investimentos voltados para a mitigação dos prejuízos oriundos de desastres da natureza, para o impulsionamento da produção agrícola sustentável ou ainda para a implementação de tecnologias como o uso e/ou comercialização de energia fotovoltaica.

Estratégias sustentáveis podem reduzir o risco de insolvência porque melhoram a imagem da marca e atraem clientes, reduzindo o risco reputacional, também auxiliam a um maior grau de transparência e padrões morais mais elevados, o que mitiga a seleção adversa e os problemas de risco moral (OLMO; SAIZ; AZOFRA, 2021).

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Nesta seção, são apresentados o objeto de estudo, os métodos que foram utilizados para a realização da pesquisa e os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados.

### **2.1 Apresentação da CREDIMINAS**

A sigla SICOOB significa Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, uma instituição financeira cooperativa que objetiva fornecer soluções financeiras para pessoas físicas e jurídicas, especialmente pequenas e médias empresas, agricultores e produtores rurais.

O SICOOB surgiu em 1996, com um grupo de 11 representantes de cooperativas centrais que criaram o BANCOOB – um banco cujos donos eram as próprias cooperativas, e que em 2021 passou a se chamar Banco SICOOB – e hoje está organizado em três níveis operacionais: o Centro Cooperativo Sicoob – CCS, que vincula 14 centrais distribuídas pelo território nacional e 352 cooperativas singulares com estatutos e lideranças próprias que se desdobram em 3.894 agências. Atualmente, foi classificado como uma das melhores instituições financeiras do Brasil, ocupando uma posição de destaque no Top-3 do ranking "Melhores Bancos do Mundo 2023" elaborado pela Forbes (FORBES, 2023).

Dentre estas 14 centrais que integram o SICOOB, a Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda - SICOOB Central CREDIMINAS é uma cooperativa de segundo grau do Sistema SICOOB, responsável pela coordenação e centralização dos processos operacionais e de representação das suas cooperativas singulares filiadas.

A Central CREDIMINAS foi fundada em 1988 e, desde então, tem sua atuação voltada para a centralização financeira, a fiscalização e o assessoramento nas áreas de crédito,

economia, jurídica, tecnologia, comunicação e marketing, contabilidade e capacitação profissional. Isso significa que a central disponibiliza suporte e orientação técnica nessas áreas para as cooperativas singulares filiadas, buscando aprimorar a gestão e os resultados obtidos por elas. Além disso, a central promove a organização, processamento e distribuição de informações estratégicas, avalia oportunidades de negócios e promove treinamentos para a capacitação profissional para os colaboradores.

Hoje, a instituição apresenta números expressivos em depósitos, ativos e patrimônio líquido, conforme apresentado na tabela 1:

Tabela 1 – Números do SICOOB Central CREDIMINAS

Cooperativas	Postos de Atendimento	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Depósitos	Operações de Crédito
72	732	R\$ 37 bilhões	R\$ 5,5 bilhões	R\$ 20,4 bilhões	R\$ 21 bilhões

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Nota: Dados de fevereiro/2023.

Em função da expressividade desses números, a Central CREDIMINAS representa uma importante instituição dentro do Sistema SICOOB, com um papel fundamental no suporte e desenvolvimento das cooperativas singulares filiadas a ela.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para construção deste relatório técnico conclusivo foi escolhida a abordagem qualitativa, uma vez que se objetiva compreender os fenômenos sociais, processos e contextos e não medir as variáveis envolvidas. Nesse sentido, é possível se obter *insights* sobre fenômenos que os dados quantitativos não podem revelar.

A coleta de dados foi facilitada pelo fato de o autor trabalhar em uma cooperativa de crédito do sistema há mais de 05 anos, conhecer outros profissionais que trabalham na central estudada e facilidade de acesso e observação dos processos internos.

Para a compreensão das informações, é importante conhecer o framework utilizado, que foi elaborado por Kumar e Prakash (2019), cujos indicadores estão apresentados no quadro 1:

Quadro 1 – Indicadores de práticas bancárias sustentáveis

<b>Grupo 1: Produtos e serviços sustentáveis</b>
Financiamento sustentável
Fundo climático
Empréstimo ambiental
Microfinanças
Serviços de assistências sustentáveis
Hipoteca verde
Investimento socialmente responsável
Produto de inclusão financeira
Capital de risco para produto de poupança ambiental
Títulos verdes
<b>Grupo 2: Indicadores da dimensão da gestão ambiental</b>
Sistema de gestão ambiental certificado (ISO 14001)
Exclusão de setores específicos
Gestão de risco ambiental na política de crédito
Meta quantitativa sobre iniciativas de cuidado com o meio ambiente
Adoção de tecnologias ecologicamente corretas
<b>Grupo 3: Indicadores da dimensão do desenvolvimento social</b>
Programa de envolvimento da comunidade
Caridade e patrocínio
Alfabetização financeira e aconselhamento financeiro
Programa de treinamento e desenvolvimento de habilidades
Consultas comunitárias
Metas de investimento na comunidade
Certificação ISO 26000
Programa de saúde e saneamento
Pontos de acesso para serviços financeiros em áreas pouco povoadas ou remotas do país
Melhorar o acesso a serviços financeiros para pessoas desfavorecidas
<b>Grupo 4: Conduta socio ética interna</b>
Política e procedimento de combate à corrupção
Política e procedimento de direitos humanos
Política de ética/ valores empresariais
Política de práticas trabalhistas
Equidade e diversidade de gênero
<b>Grupo 5: Código de conduta de sustentabilidade, relatórios, indexação ESG</b>
Divulgação do relatório de sustentabilidade
Divulgação do relatório de responsabilidade comercial
Política ambiental
Associação GRI ( <i>Global Reporting Initiative</i> )
Signatário dos Princípios do Equador
Aderência aos princípios do Pacto Global da ONU
Signatário do UNEP FI
Aderência à divulgação de NVGs (diretrizes específicas do país)
Indexação BSE GREENEX
Membro do Índice <i>Dow Jones</i> de Sustentabilidade

Fonte: Adaptado de Kumar e Prakash (2019).

Mediante estes indicadores, buscou-se encontrar a presença deles nos relatórios disponibilizados pela instituição. Kumar e Prakash (2019) atribuíram uma nota para cada indicador, obtida por meio de uma revisão sistemática e por discussão com autoridades no assunto, onde foi possível classificar quatro categorias distintas de práticas de *sustainable banking*: adoção insignificante, começando a adotar, adoção satisfatória e adoção substancial, conforme exposto pelo quadro 2:

Estágio	Score	Nível de adoção de práticas de <i>sustainable banking</i>
Primeiro estágio	0  — 5	Adoção insignificante (significa relutância das confederações das cooperativas em adotar voluntariamente práticas de SB).
Segundo estágio	6  — 10	Começando a adotar (significa que as confederações das cooperativas passaram a adotar a gestão do ambiente interno juntamente com os programas de assistência social).
Terceiro estágio	11  — 15	Adoção satisfatória (significa que as confederações das cooperativas adotam ativamente várias práticas de gestão ambiental e bem-estar social).
Quarto estágio	16  — 20	Adoção substancial (significa que as confederações das cooperativas entendem e incorporam várias dimensões da sustentabilidade no setor e desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável).

Quadro 2 – Nível de adoção das práticas de SB

Fonte: Adaptado de Kumar e Prakash (2019).

Para se obter o valor, foi atribuído um máximo de 20 pontos a cada um dos cinco grupos, totalizando 100 pontos. Ainda, um peso específico foi atribuído a cada grupo de acordo com a relevância da influência dos indicadores na promoção do desenvolvimento sustentável: 40% no grupo 1, 20% nos grupos 2 e 3, e 10% nos grupos 3 e 4, respectivamente. Deste modo, os 100% corresponderiam a um máximo de 20 pontos.

Os resultados apontaram que o SICOOB obteve os resultados apresentados na tabela 2:

Tabela 2 – Pontos e percentuais de práticas de *sustainable banking* do SICOOB

Grupo	1	2	3	4	5	Total
<b>Nota</b>	4,8	3,2	3,2	2	1,25	14,45
<b>Percentual</b>	60%	80%	80%	100%	62,5%	72,25%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Este resultado o enquadra no terceiro estágio de nível de adoção de práticas de *sustainable banking*. O que implica que a instituição possui uma adoção satisfatória, ou seja, o sistema adota ativamente várias práticas de gestão ambiental e bem-estar social.

#### 4 DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE MELHORIA



Como a Central CREDIMINAS é filiada ao sistema SICOOB, é comum que a organização possua os mesmos escores encontrados em sua confederação, uma vez que ela replica todas as estratégias e práticas adotadas pelo SICOOB.

Os quadros 3, 4, 5, 6 e 7 apresentam os diagnósticos e sugestões de intervenções que podem ser realizadas para implementar e/ou aprimorar as práticas de *sustainable banking* adotadas pela Central CREDIMINAS, não sendo necessário replicar as práticas nas situações em que é possível identificar uma adoção substancial por parte da organização.

Diagnóstico	Intervenções
Não há fundos voltados ao financiamento de projetos climáticos.	Criação de fundos voltados a projetos em diferentes áreas, como energia renovável, transporte sustentável, agricultura de baixo carbono, gestão de recursos hídricos, entre outros, a fim de financiar desde pequenos projetos locais até projetos regionais.
Não foi evidenciada uma clareza quanto aos serviços de assistência sustentáveis.	Fornecer serviços/ palestras e consultorias ambientais para associados e comunidade de modo a incentivá-los a adotar práticas e comportamentos mais sustentáveis como gerenciamento de resíduos e educação e conscientização ambiental. De modo a reduzir o impacto ambiental e promover o uso consciente de recursos naturais.
O produto similar à hipoteca verde, o financiamento imobiliário, não apresenta uma correlação de taxas de juros mais atrativas em relação à capacidade energética do imóvel.	Incentivar por meio de financiamentos imobiliários a construção, compra ou reforma de imóveis com maior eficiência energética e ambiental, atrelando taxas de juros mais atrativas para quem instalar painéis solares, sistemas de aquecimento e resfriamento eficientes, isolamento térmico, entre outros como uma forma de incentivo para que as pessoas invistam em imóveis mais sustentáveis.
Não há foram identificadas práticas de capital de risco para produto de poupança ambiental.	O capital de risco pode ser uma boa opção de financiamento para empresas que buscam desenvolver soluções financeiras que promovam a preservação do meio ambiente. No entanto, a modalidade é uma forma de investimento de alto risco, sendo que nem todas as empresas obtém sucesso. Por isso, é importante avaliar criteriosamente a empresa, seu produto e a demanda, de modo a evitar eventuais perdas. Além disso, é importante buscar a orientação de um consultor financeiro ou de um especialista em investimentos.

Quadro 3 – Produtos e serviços sustentáveis

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

No grupo 1, é onde estão classificados os produtos e serviços sustentáveis, que são os indicadores que possuem o maior peso.

A Central CREDIMINAS possui um total de 4,8 pontos nesta categoria, o que corresponde a 60% do total. Produtos como microcrédito e financiamento sustentável já são bem praticados pelo sistema. Contudo, alguns dos produtos e serviços listados não foram identificados, como demonstrado no quadro 4. Isso implica haver um portfólio de produtos e serviços potenciais que ainda podem ser explorados pela central e por suas cooperativas filiadas de modo a obterem uma maior nota na categoria e uma oportunidade de diferenciação no mercado.

<b>Diagnóstico</b>	<b>Intervenções</b>
Não há a certificação ISO 140001, que aborda sobre o sistema de gestão ambiental.	Adequar os processos e buscar obter a certificação ISO 14001 que ajude as organizações a identificar, gerenciar, monitorar e controlar os impactos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços criando, assim, mecanismos que auxiliam a redução de custos e a melhoria da imagem institucional.
Necessária uma maior clareza sobre quais setores são excluídos de financiamento pelo cooperativismo de crédito.	Adotar políticas claras e transparentes capazes de definir quais setores ou atividades são excluídos do financiamento, comunicando aos associados e ao público em geral por meio de relatórios de sustentabilidade, sites institucionais ou outros meios de comunicação. Criar mecanismos que auxiliem a identificação de projetos que violem os direitos humanos ou causem maiores impactos na degradação ambiental.
Ainda não há uma definição de uma meta quantitativa sobre iniciativas de cuidado com o meio ambiente.	Definir claramente metas a serem alcançadas pelas singulares em suas comunidades de atuação, a fim de proporcionar uma melhor conscientização ambiental tanto para os associados quanto para a comunidade.

Quadro 4 – Indicadores da dimensão da gestão ambiental

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

No grupo 2, é onde estão classificados os indicadores da dimensão da gestão ambiental, que possuem peso de 20% na metodologia utilizada.

Neste grupo, a CREDIMINAS atingiu um total de 3,2 pontos, que correspondem a 80% do escore máximo na categoria, o que apresenta haver um bom cumprimento da central. Todavia, alguns indicadores necessitam de atenção, por não estarem presentes nos relatórios pesquisados, como a certificação ISO 14.001 que estabelece os requisitos para um sistema de gestão ambiental eficaz.

Outro indicador que vale ressaltar é a exclusão de setores que o cooperativismo de crédito não trabalha por ferir os valores e princípios da modalidade, uma vez que relatos

recentes apontam que o número de denúncias de trabalho análogo ao de escravo no Brasil é o maior em 11 anos, atingindo 1.973 casos somente em 2022 (UOL, 2023). Este número pode ser um alerta para averiguar se as cooperativas singulares têm atuado com empresas, produtores rurais e cooperados em geral que não respeitam os direitos humanos.

Além do critério social, entra também o debate de pessoas e empresas envolvidas em escândalos de corrupção ou que poluem e geram um impacto degradante ao meio ambiente. Por isso, as políticas de exclusões destes envolvidos devem ser claras e replicadas para todas as singulares de modo a dirimir quaisquer impactos, sejam eles financeiros, de imagem, risco entre outros.

Diagnóstico	Intervenções
Falta clareza quanto ao quesito consultas comunitárias.	Realizar o engajamento de partes interessadas, não somente por meio das assembleias. Mas envolver os associados e as comunidades locais, para entender melhor suas necessidades e preocupações em relação a questões ESG e implementar soluções mais eficazes para os problemas reais enfrentados por eles.
Ainda não há uma definição de uma meta quantitativa ou, até mesmo, qualitativa de investimentos na comunidade	Estabelecer metas quantitativas e qualitativas de ações voltadas para as comunidades como investimentos em programas sociais, apoio a projetos comunitários, entre outros projetos. Assim, as cooperativas promoveriam o desenvolvimento sustentável e fortaleceriam sua relação com as comunidades locais.
Não há a certificação ISO 26000, que aborda sobre a responsabilidade social	A ISO 26000 tem como foco a responsabilidade social. Desse modo, as cooperativas podem coletar informações sobre os impactos de suas atividades, envolver-se com as partes interessadas para entender suas necessidades e expectativas, estabelecer políticas e práticas responsáveis, monitorar e relatar sobre seu desempenho e trabalhar para melhorar continuamente. Concluindo, assim o ciclo dos indicadores dessa dimensão.

Quadro 5 – Indicadores da dimensão do desenvolvimento social

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Os indicadores da dimensão do desenvolvimento social estão classificados no grupo 3, e possuem um peso de 20% no *framework* utilizado na análise. Com um total de 6,4 pontos, ou 80% de cumprimento, a Central CREDIMINAS, apresentou um bom resultado no quesito.

Alguns indicadores são muito bem trabalhados pela instituição e por suas cooperativas singulares, como envolvimento da comunidade, caridade e patrocínio e alfabetização financeira, o que pode justificar o bom resultado alcançado. Os pontos de mais cautela estão elucidados pelo quadro 5.

Diagnóstico	Intervenções
Necessidade de maior amplitude na equidade e diversidade de gênero	Implementar políticas e práticas que garantam a igualdade de oportunidades e tratamento para todas as pessoas, independentemente de seu gênero ou identidade de gênero. Incluir programas de treinamento e conscientização para sensibilizar as pessoas sobre as questões de equidade e diversidade de gênero, políticas de recrutamento e promoção baseadas em mérito e objetividade e a criação de ambientes de trabalho inclusivos que respeitem e valorizem a diversidade.

Quadro 6 – Conduta socio ética interna.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A conduta socio ética interna é medida no grupo 4, onde há um cumprimento de 100% por parte da CREDIMINAS, que atingiu os 2 pontos totais possíveis. Neste grupo é atribuído um peso de 10%.

Isso implica que a instituição possui uma boa política de práticas trabalhistas, procedimentos de combate a corrupção, entre outros. Desta forma, o quesito destacado é referente a equidade de gênero, destacada com maior amplitude por outras confederações de crédito cooperativo que abrangeram não somente as mulheres, como, também, o público LGBTQIA+.

Diagnóstico	Intervenções
Não há uma divulgação massiva da associação GRI como meio de auto promoção.	Destacar o diferencial por ser a única entre os demais sistemas a possuir a associação ao <i>Global Reporting Initiative</i> . Enfatizando que essa associação garante que a central apresente seus relatórios de sustentabilidade em uma estrutura reconhecida globalmente sobre melhores práticas de sustentabilidade.
Não ser signatário do UNEP FI	A implementação dos Princípios de Responsabilidade Bancária demonstra o compromisso do setor em acelerar o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris.

Quadro 7 – Código de conduta de sustentabilidade, relatórios, indexação ESG.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Por fim, o grupo 5, ao qual foi atribuído o peso de 10% no *framework* utilizado e abrange o código de conduta de sustentabilidade, relatórios e indexação ESG.

A Central CREDIMINAS obteve 75% de cumprimento no quesito ao atingir 1,5 pontos no score. Tal resultado aponta que há um critério e cuidado na divulgação dos relatórios

referentes a pautas sustentáveis. Deste modo, os pontos de maior relevância podem ser identificados no quadro 7.

Além destas intervenções destacadas, sugere-se ainda, como desenvolvimento das práticas de *sustainable banking* a adoção de condutas nos três níveis cooperativos (confederação, central e singulares).

Essas sugestões estão sintetizadas no quadro 8, que apresenta uma estrutura similar a 5w2h, que é uma ferramenta utilizada para compor planos de ação de forma ágil, estratégica e eficiente.

O que?	Por quê?	Como?	Quando?	Quem?
Aprimorar a comunicação interna, no intuito de conscientizar colaboradores e cooperados sobre a abrangência e importância do <i>sustainable banking</i> e os benefícios da sua implementação.	Melhorar a compreensão dos colaboradores e cooperados sobre a importância do <i>sustainable banking</i>	Incluir a sustentabilidade como parte da cultura organizacional; Oferecer treinamentos e capacitações; Disponibilizar informações e materiais; Criar campanhas de conscientização; Reconhecer e premiar boas práticas;	Imediato	Cooperativas singulares; Central CREDIMINAS; SICOOB Confederação
Ampliar a articulação entre os diversos agentes da comunidade, de modo a ressaltar o papel das cooperativas, seus princípios, estratégias e ações voltadas para o aperfeiçoamento de setores da economia abarcados pelos projetos e programas de crédito e financiamentos.	Para promover uma maior integração entre as diferentes partes interessadas e para facilitar a cooperação e a colaboração na busca por soluções compartilhadas.	Realizar eventos e atividades em parceria com outras entidades da comunidade; Participar de fóruns e grupos de discussão;	Próximo a datas importantes e festivas da comunidade	Cooperativas singulares
Estabelecer diretrizes de gestão da sustentabilidade com base na realidade de cada comunidade.	Para adaptar as estratégias e ações de sustentabilidade às realidades locais, a fim de garantir sua eficácia e viabilidade a longo prazo.	Diagnóstico da realidade local; Definição de objetivos e metas; Identificação de estratégias e ações; Engajamento da comunidade; Monitoramento e avaliação.	Anualmente	Cooperativas singulares
Realizar um mapeamento das necessidades e expectativas dos cooperados em relação aos produtos e serviços oferecidos pela instituição financeira.	Para compreender melhor as demandas de seus membros e adaptar seus produtos e serviços para atender melhor essas necessidades e expectativas.	Identificar os canais de comunicação com os cooperados; Definir os objetivos do mapeamento; Elaborar um questionário para o mapeamento; Analisar os resultados; Tomar decisões	Frequentemente	Cooperativas singulares; Central CREDIMINAS; SICOOB Confederação

<p>Desenvolver e implementar novos produtos e serviços que incorporem as práticas de <i>sustainable banking</i> e que atendam às necessidades e expectativas dos cooperados.</p>	<p>Porque pode contribuir para aumentar a sustentabilidade da instituição financeira, promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer o relacionamento com os membros da cooperativa.</p>	<p>Definir as práticas de <i>sustainable banking</i> a serem incorporadas          Desenvolver novos produtos e serviços          Testar e validar os novos produtos e serviço          Implementar os novos produtos e serviços          Avaliar os resultados</p>	<p>Após o anterior</p>	<p>Cooperativas singulares;          Central CREDIMINAS;          SICOOB Confederação</p>
<p>Monitorar e avaliar regularmente o desempenho dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa, de forma a identificar possíveis melhorias e oportunidades de inovação.</p>	<p>Porque permite que a instituição financeira identifique possíveis problemas e oportunidades de melhorias, além de avaliar se os produtos e serviços estão atendendo às necessidades e expectativas dos cooperados.</p>	<p>Definir os indicadores de desempenho          Coletar e analisar os dados          Identificar oportunidades de melhoria          Implementar melhorias e inovações          Avaliar o impacto das melhorias e inovações</p>	<p>Anualmente</p>	<p>Cooperativas singulares;          Central CREDIMINAS;          SICOOB Confederação</p>

Quadro 7 – Sugestões de estratégias para o sustainable banking.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Conforme exposto por Carlucci *et al.* (2018) é necessária agilidade organizacional para integrar as preocupações de sustentabilidade aos processos de tomadas de decisões estratégicas de forma sustentada e sistemática. Assim, é premente a intensificação das práticas de *sustainable banking*, tendo como objetivo explorar melhor o potencial, a influência das cooperativas singulares e da marca do SICOOB. Tal fato poderia ampliar as relações entre cooperados e cooperativa, explicitar produtos ou serviços de menor e maior uso, apresentar linhas de crédito e financiamento personalizadas, levando em conta as particularidades de cada região.

## 5 CONCLUSÃO

Com a implementação das estratégias de *sustainable banking*, as cooperativas podem melhorar sua performance, oferecendo produtos e serviços alinhados com as expectativas dos cooperados, promovendo o desenvolvimento socioambiental de forma sustentável. Tudo isso, alinhado aos propósitos do cooperativismo repercute na possibilidade de educar os cooperados e estimulá-los a estabelecer comparações com a concorrência para que os benefícios dos produtos e serviços sejam explicitados.

Os resultados apontam que a Central CREDIMINAS está alinhada com as práticas de *sustainable banking* do SICOOB e as replica e incentiva por meio de suas cooperativas singulares às comunidades em que estão presentes, fazendo coro à força do cooperativismo de crédito que gradativamente vem se reforçando como uma alternativa financeira responsiva e sustentável.

Os pontos destacados neste relatório necessitam passar por uma análise por parte do conselho de administração da referida central para verificar sua viabilidade de implantação. Isso se faz necessário em virtude de a ausência do ponto em algum indicador indicar que não foi localizada sua presença (ou de um similar) nos relatórios pesquisados e não necessariamente no descumprimento dele por parte da central, sendo isso uma limitação deste estudo.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Panorama do sistema nacional de crédito cooperativo - PSNCC**. Brasília: BACEN, 2022. Disponível em:  
<<https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/Panorama%20do>



%20Sistema%20Nacional%20de%20Cr%C3%A9dito%20Cooperativo%20V2.pdf >. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARLUCCI, D. *et al.* *A holistic conception of sustainable banking: adding value with fuzzy cognitive mapping.* **Technological and Economic Development of Economy**, v. 24, n. 4, 2018, p. 1303–1322. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/326123930\\_A\\_holistic\\_conception\\_of\\_sustainable\\_banking\\_Adding\\_value\\_with\\_fuzzy\\_cognitive\\_mapping](https://www.researchgate.net/publication/326123930_A_holistic_conception_of_sustainable_banking_Adding_value_with_fuzzy_cognitive_mapping)>. Acesso em: 2 maio 2022.

FORBES. Melhores Bancos do Mundo: Sofisa lidera lista no Brasil em 2023. **Forbes Money**, São Paulo. 2023. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2023/04/melhores-bancos-do-mundo-sofisa-lidera-lista-no-brasil-em-2023/>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

IGBUDU, N; GARANTI, Z; POPOOLA, T. *Enhancing bank loyalty through sustainable banking practices: The mediating effect of corporate image.* **Sustainability (Switzerland)**, v. 10, n. 11, 2018, p. 1–11.

INACIO, L.S.; DELAI, I. *Sustainable banking: a systematic review of concepts and measurements.* **Environment, Development and Sustainability**, p. 1, 2021.

KUMAR, K; PRAKASH, A. *Developing a framework for assessing sustainable banking performance of the Indian banking sector.* **Social Responsibility Journal**, v. 15, n. 5, 2019, p. 689–709.

OLIVEIRA, P.; BRESSAN, V.; BRESSAN, A. Existe diferença no desempenho financeiro das cooperativas centrais de crédito no Brasil? **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 2, n. 2, 2014, p. 40–54.

OLMO, B. T.; SAIZ, M. C.; AZOFRA, S. S. *Sustainable Banking, Market Power, and Efficiency: Effects on Banks' Profitability and Risk.* **Sustainability**, v. 13, n. 3, 2021, p. 1–23. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/13/3/1298/htm>>. Acesso em: 2 maio 2022.

SICCOOB. **Sicoob**, 2022. Sicoob Central Crediminas. Disponível em: <<https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcentralcrediminas/sicoob-central-crediminas>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SCHMITT, C. **A Situação Intelectual do Sistema Parlamentar Atual.** In. *A Crise da Democracia Parlamentar.* São Paulo: Scritta, 1996.

UOL. Brasil: denúncias de trabalho análogo ao escravo mais que dobram em 11 anos. **UOL Notícias**. São Paulo. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/03/07/brasil-denuncias-de-trabalho-analogo-ao-escravo-mais-que-dobram-em-11-anos.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2023